



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

1º Trimestre de 2026



SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL (BP).....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (DR).....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL).....	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC).....	9
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA).....	10
NOTAS EXPLICATIVAS (NE)	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	13
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	13
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
5. VALORES A RECEBER.....	15
6. ADIANTAMENTOS E CRÉDITOS A RECEBER	15
7. ESTOQUES.....	17
8. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	18
9. IMOBILIZADO.....	18
9.1 BENS MÓVEIS	18
9.2 BENS IMÓVEIS	18
9.3 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E IMPAIRMENT DO IMOBILIZADO	19
10. INTANGÍVEL.....	19
11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	20
12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	21
13. RETENÇÕES DE IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E OUTRAS RETENÇÕES.....	21
14. OBRIGAÇÕES TRANSITÓRIAS A CURTO PRAZO	22
15. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO A PAGAR.....	24
16. RECEITA DIFERIDA – SUBVENÇÕES.....	24
17. PROVISÕES PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	24
18. CAPITAL SOCIAL	27
19. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC	27
20. PREJUÍZOS ACUMULADOS	28
21. RECEITA BRUTA.....	28
22. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS.....	28
23. DESPESA COM PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	28
23.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL.....	28
23.2 ENCARGOS PATRONAIS	28
23.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	29
23.4 OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS.....	29
24. USO DE MATERIAL DE CONSUMO	29
25. SERVIÇOS TOMADOS.....	30
26. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E IMPAIRMENT	30
27. PERDAS INVOLUNTÁRIAS E DESFAZIMENTOS.....	31
28. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	31
29. DESPESAS TRIBUTÁRIAS.....	31
30. OUTRAS DESPESAS.....	31
31. RECEITAS FINANCEIRAS.....	32
32. DESPESAS FINANCEIRAS	32
33. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL	32
34. RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	32
35. RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	32
36. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	32
36.1 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	33
36.2 PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO.....	33
36.3 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	34
36.4 PLANOS DE BENEFÍCIOS PARA EMPREGADOS	34
37. CONCILIAÇÃO SIAFI E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	35
38. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE INTERESSE PÚBLICO – LEI 13.303/2016.....	35
39. EVENTOS SUBSEQUENTES	35

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Prezados (as) Senhores (as),

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (HU BRASIL), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, conforme previsto no inciso VII, do artigo 55 do Estatuto Social da HU BRASIL, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária – realizada em 15 de abril de 2025, submete ao exame e deliberação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas referentes à situação patrimonial e financeira no exercício findo em 31 de março de 2026.

Com o objetivo de atender o disposto no art. 87 do Estatuto Social da HU BRASIL, as Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Dispõe sobre as sociedades por ações).

É oportuno destacar que a HU BRASIL tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, ensino-aprendizagem e formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a autonomia universitária.¹

Outrossim, a Empresa tem por competência exercer o disposto no artigo 4º, da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011 (Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU BRASIL; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências), a saber:

I - Administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS;

II - Prestar às instituições federais de ensino superior e a outras instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social;

III - apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres, cuja vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade torne necessária essa cooperação, em especial na implementação das residências médica, multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e regiões estratégicas para o SUS;

IV - Prestar serviços de apoio à geração do conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos hospitais universitários federais e a outras instituições congêneres;

V - Prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas; e

VI - Exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, nos termos do seu estatuto social.

Atendendo aos preceitos legais, foram definidos o Propósito, a Visão e os Valores da HU BRASIL.

O Propósito consiste em atuar com excelência em saúde, ensino, pesquisa e inovação, sempre a serviço da vida e do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Quanto à Visão, a HU BRASIL almeja consolidar-se como uma rede de hospitais universitários referência em excelência, contribuindo de forma significativa para o SUS.

Em relação aos Valores, foram estabelecidos os seguintes preceitos:

- Ética, integridade e transparência;
- Compromisso com universalidade, integralidade e fortalecimento do SUS;
- Promoção da equidade, respeito à diversidade e aos direitos humanos;
- Ensino, pesquisa e inovação comprometidos com as necessidades do país;
- Valorização do papel social do trabalho em saúde e dos trabalhadores.

Nesse contexto, as Demonstrações Contábeis Intermediárias do 1º Trimestre de 2026 levam em consideração as características de constituição e funcionamento da HU BRASIL, além dos atos e fatos que ensejaram os lançamentos por cada unidade hospitalar. Os registros contábeis são de responsabilidade das equipes envolvidas e atuantes em cada local. Portanto, quando necessário, é fundamental analisar as demonstrações em conjunto com outros Documentos disponíveis nos diversos setores envolvidos na execução e lançamento dos eventos contabilizados.

¹ Art. 3º, da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011.

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores da
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – HU Brasil
Brasília – DF

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial intermediário da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (“Entidade” ou “HU Brasil”), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, bem como as respectivas notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Não adoção integral do CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Conforme divulgado nas notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias, a Entidade não adotou integralmente os requerimentos do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. Especificamente, identificamos que os contratos de arrendamento na condição de arrendatária estão reconhecidos com base no valor nominal das obrigações contratuais, sem a devida mensuração a valor presente, mediante a utilização de taxa de desconto apropriada, conforme requerido pela referida norma. Adicionalmente, não foi observado o reconhecimento adequado dos ativos de direito de uso, bem como das despesas de depreciação desses ativos e dos encargos financeiros incidentes sobre os passivos de arrendamento ao longo do prazo contratual. Em decorrência dessa prática contábil, os saldos de ativos e passivos, circulantes e não circulantes, assim como o resultado do período, encontram-se apresentados em desconformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não nos foi possível determinar, de forma razoável, os ajustes necessários para mensurar os efeitos dessa não conformidade sobre as demonstrações contábeis intermediárias do período.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, com exceção do assunto descrito no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, de acordo com a prática contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas e informações contábeis intermediárias revisadas por outro auditor independente. O exame do balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025 e a revisão das informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período findo em 31 de março de 2025, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificações e relatório de revisão sem modificações, datados de 26 de fevereiro de 2026 e 18 de junho de 2025, respectivamente.

Demonstrações do valor adicionado

As Informações contábeis intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) intermediárias, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessas normas e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 11 de junho de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

ATIVO	NOTA	31.03.2026	31.12.2025
Circulante		2.579.045.277,47	2.297.407.557,28
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.787.485.469,90	1.569.947.915,01
Valores a receber - Curto Prazo	5	1.919.938,61	136.266,24
Adiantamentos e Créditos a Receber	6	62.639.157,16	57.439.868,01
Estoques	7	727.000.711,80	669.883.508,02
Não Circulante		1.846.664.160,70	1.740.047.986,66
Valores a receber - Longo Prazo	5	4.803.897,64	4.803.897,64
Depósitos Judiciais	8	40.925.703,17	31.079.747,46
Imobilizado	9	1.730.539.761,40	1.639.162.013,27
Bens Móveis	9.1	1.705.099.411,38	1.633.872.155,34
Depreciação Bens Móveis	9.3	(426.762.533,82)	(399.284.123,47)
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	9.3	(14.765.904,58)	(14.886.274,41)
Bens Imóveis	9.2	498.625.303,30	447.503.240,86
Depreciação Bens Imóveis	9.3	(31.656.514,88)	(28.042.985,05)
Intangível	10	70.394.798,49	65.002.328,29
Direito de uso de Bens	10	81.031.168,21	76.403.075,94
Softwares	10	64.823.870,30	64.055.248,78
Marcas e Patentes Industriais	10	6.522,00	4.112,00
Amortização Bens Intangíveis	10	(72.421.692,61)	(72.415.039,02)
Redução a Valor Recuperável de Intangível	10	(3.045.069,41)	(3.045.069,41)
TOTAL DO ATIVO		4.425.709.438,17	4.037.455.543,94

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

PASSIVO	NOTA	31.03.2026	31.12.2025
Circulante		2.561.162.181,95	2.514.605.698,68
Obrigações Trabalhistas a Pagar	11	1.488.481.499,25	1.451.698.739,58
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	12	161.573.591,21	183.521.056,67
Retenções de Impostos, Contribuições	13	240.237.687,00	352.315.849,17
Obrigações Transitórias a Curto Prazo	14	636.750.653,87	498.035.467,62
Arrendamentos CP	15	34.118.750,62	29.034.585,64
Não Circulante		1.856.824.643,05	1.542.720.399,38
Receita Diferida (Subvenções)	16	1.431.809.472,91	1.138.849.906,53
Arrendamentos LP	15	16.262.781,41	15.330.514,29
Contingência para Indenizações Trabalhistas	17	399.967.033,40	380.473.642,53
Contingência para Indenizações Cíveis	17	8.785.355,33	8.066.336,03
Patrimônio Líquido		7.722.613,17	(19.870.554,12)
Capital Social Realizado	18	1.316.749.559,37	1.316.749.559,37
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	19	154.600.217,90	112.470.971,38
Prejuízos Acumulados	20	(1.463.627.164,10)	(1.449.091.084,87)
Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	20	(1.449.091.084,87)	(1.217.900.853,91)
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(72.064.602,16)
Resultado do Período	35	(14.536.079,23)	(159.125.628,80)
TOTAL DO PASSIVO		4.425.709.438,17	4.037.455.543,94

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (DR)

Período de 3 meses findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em reais)

DESCRIÇÃO	Nota	01.01.2026 à 31.03.2026	01.01.2025 à 31.03.2025
Receita Bruta	21	67.187.783,17	97.953.760,82
Receita com Serviços		67.187.783,17	97.953.760,82
Receita de Serviços e Exploração	21	67.187.783,17	97.953.760,82
Receita Operacional Líquida		67.187.783,17	97.953.760,82
Custo dos Serviços Prestados	22	-	-
Resultado Bruto		67.187.783,17	97.953.760,82
Despesas Operacionais		(3.550.847.570,88)	(3.067.056.129,15)
Despesa com Pessoal, Encargos e Benefícios	23	(2.570.889.418,65)	(2.204.200.430,73)
Remuneração a Pessoal	23.1	(1.735.358.247,77)	(1.488.209.001,60)
Encargos Patronais	23.2	(620.648.397,92)	(540.215.500,48)
Benefícios a Pessoal	23.3	(203.327.466,84)	(167.901.647,40)
Outras Despesas com Pessoal e Encargos	23.4	(11.555.306,12)	(7.874.281,25)
Despesa com Uso de Bens e Serviços		(904.106.853,52)	(796.133.774,17)
Uso de Material de Consumo	24	(351.554.696,17)	(303.540.365,15)
Serviços Tomados	25	(552.552.157,35)	(492.593.409,02)
Despesa com Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis		(51.769.567,89)	(33.882.828,56)
Depreciação, Amortização e Impairment	26	(48.696.175,57)	(33.306.208,40)
Perdas Involuntárias e Desfazimentos	27	(3.073.392,32)	(576.620,16)
Contingência para Riscos Fiscais	28	(22.482.735,64)	(31.956.057,40)
Contingência para Riscos Fiscais Trabalhistas		(21.719.776,84)	(31.956.057,40)
Contingência para Riscos Fiscais Cíveis		(762.958,80)	-
Despesas Tributárias	29	(1.067.474,23)	(775.243,74)
Impostos, Taxas e Contribuições		(1.067.474,23)	(775.243,74)
Outras Despesas	30	(531.520,95)	(107.794,55)
Resultado Antes das Rec./Desp. Financeiras		(3.483.659.787,71)	(2.969.102.368,33)
Resultados Financeiros		(5.789.046,59)	1.109.504,40
Receitas Financeiras	31	1.102.691,45	1.527.781,15
Despesas Financeiras	32	(6.891.738,04)	(418.276,75)
Resultado antes da Subvenção do Tesouro Nacional		(3.489.448.834,30)	(2.967.992.863,93)
Subvenção do Tesouro Nacional	33	3.474.912.755,07	2.889.184.105,05
Subvenção do Tesouro Nacional		2.544.392.361,45	2.411.968.543,56
Subvenção de Custeio SUS		930.520.393,62	477.215.561,49
Resultado antes da Cont. Social Sobre o Lucro Líquido	34	(14.536.079,23)	(78.808.758,88)
Provisão Contribuição Social		-	-
Resultado antes do Imposto de Renda		(14.536.079,23)	(78.808.758,88)
Provisão para Imposto de Renda		-	-
Resultado do Período	35	(14.536.079,23)	(78.808.758,88)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Período de 3 meses findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em reais)

DESCRIÇÃO	01.01.2026 à 31.03.2026	01.01.2025 à 31.03.2025
1 Resultado do Período	(14.536.079,23)	(78.808.758,88)
2 Outros Resultados Abrangentes	-	-
2.1 Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-
3 Resultado Abrangente do Período	(14.536.079,23)	(78.808.758,88)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

Período de 3 meses findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em reais)

Componentes	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital - AFAC	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais em 31.12.2024	1.136.787.560,37	179.961.999,00	(1.217.900.853,92)	98.848.705,45
Resultado do Período	-	-	(78.808.758,88)	(78.808.758,88)
Adiantamento Futuro Aumento de Capital Social	-	17.621.538,34	-	17.621.538,34
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(5.355.064,97)	(5.355.064,97)
Saldos Finais em 31.03.2025	1.136.787.560,37	197.583.537,34	(1.302.064.677,77)	32.306.419,94

Componentes	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital - AFAC	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais em 31.12.2025	1.316.749.559,37	112.470.971,38	(1.449.091.084,87)	(19.870.554,12)
Resultado do Período	-	-	(14.536.079,23)	(14.536.079,23)
Adiantamento Futuro Aumento de Capital Social	-	42.129.246,52	-	42.129.246,52
Saldos Finais em 31.03.2026	1.316.749.559,37	154.600.217,90	(1.463.627.164,10)	7.722.613,17

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

Período de 3 meses findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em reais)

DESCRIÇÃO	01.01.2026 à 31.03.2026	01.01.2025 à 31.03.2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do Período	(14.536.079,23)	(78.808.758,88)
Ajustes ao Resultado Líquido	51.190.634,11	54.721.838,66
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(5.355.064,97)
Depreciação e Amortização	31.098.593,77	32.232.130,82
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	(120.369,83)	(534,51)
Contingência para Indenizações Trabalhistas	19.493.390,87	31.880.734,93
Contingência para Indenizações Cíveis	719.019,30	(4.035.427,61)
Resultado do Período Ajustado	36.654.554,88	(24.086.920,22)
(Aumento) Redução nos ativos operacionais	(73.946.121,01)	13.983.704,99
Subvenção de Custeio SUS a Receber	-	4.728.271,48
Valores a Curto Prazo	(1.783.672,37)	(2.765.908,56)
Adiantamentos e Créditos a Receber	(5.199.289,15)	51.967.865,92
Estoques	(57.117.203,78)	(42.264.137,11)
Depósitos Judiciais	(9.845.955,71)	2.317.613,26
Aumento (Redução) nos passivos operacionais	334.431.884,67	(573.469.403,68)
Obrigações Trabalhistas a Pagar	36.782.759,67	75.780.707,44
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	(21.947.465,46)	34.574.358,77
Retenções de Impostos, Contribuições	(112.078.162,17)	(90.235.428,96)
Obrigações Transitórias a Curto Prazo	138.715.186,25	73.154.579,20
Subvenção a Realizar	292.959.566,38	(666.743.620,13)
Fluxo de Caixa líquido das Atividades Operacionais	297.140.318,54	(583.572.618,91)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adição de Imobilizado	(122.349.318,48)	(110.420.541,42)
Adição de Intangível	(771.031,52)	(194.101,42)
Direito de Uso Bens (Contrato de Arrendamento)	1.388.339,83	(6.174.233,60)
Fluxo de Caixa líquido das Atividades de Investimentos	(121.732.010,17)	(116.788.876,44)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	42.129.246,52	17.621.538,34
Fluxo de Caixa líquido das Atividades de Financiamentos	42.129.246,52	17.621.538,34
Apuração do Fluxo de Caixa do Período		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	217.537.554,89	(682.739.957,01)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.569.947.915,01	1.766.185.207,40
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	1.787.485.469,90	1.083.445.250,39

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

Período de 3 meses findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em reais)

DESCRIÇÃO	01.01.2026 à 31.03.2026	01.01.2025 à 31.03.2025
Geração de Valor Adicionado		
1 - Receitas	67.187.783,17	97.953.760,82
1.1 - Atividades Operacionais	67.187.783,17	97.953.760,82
1.1.1 - Receita de Serviços e Exploração	67.187.783,17	97.953.760,82
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	1.116.228.580,84	898.896.085,48
2.1 - Materiais de Consumo	351.554.696,17	303.540.365,15
2.2 - Energia elétrica, Água, Esgoto e Gás	41.188.829,04	50.959.520,74
2.3 - Serviços de Terceiros	722.722.096,83	544.396.199,59
2.4 - Contingências para Riscos Cíveis	762.958,80	-
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	(1.049.040.797,67)	(800.942.324,66)
4 - Depreciação, Amortização, Impairment e Perdas	51.769.567,88	33.882.828,56
4.1 - Depreciação do Período	29.552.047,20	24.691.246,71
4.2 - Amortização do Período	19.144.128,36	8.614.961,69
4.4 - Perdas Involuntárias e Desfazimentos	3.073.392,32	576.620,16
5 - Valor Adicionado Líquido (3-4)	(1.100.810.365,55)	(834.825.153,22)
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	3.693.473.749,07	3.003.864.364,83
6.1 - Repasses e Cotas Financeiras	3.227.424.463,96	2.509.199.436,05
6.2 - Receitas Financeiras	1.102.691,45	1.527.781,15
6.3 - Outras	464.946.593,66	493.137.147,63
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	2.592.663.383,52	2.169.039.211,61
8 - Distribuição do Valor Adicionado	2.592.663.383,52	2.169.039.211,61
8.1 - Remuneração do Trabalho	2.593.638.959,81	2.236.746.076,40
8.1.1 - Pessoal e Diárias	1.820.686.290,17	1.574.389.787,92
8.1.2 - Encargos	772.952.669,64	662.356.288,48
8.2 - Remuneração do Governo	7.959.212,27	1.193.520,49
8.2.1 - Impostos, Taxas, Contribuições, Multas e Juros	7.959.212,27	1.193.520,49
8.3 - Remuneração do Capital de Terceiros	5.601.290,67	9.908.373,60
8.3.1 - Locação	5.601.290,67	9.908.373,60
8.4 - Remuneração de Capital Próprio	(14.536.079,23)	(78.808.758,88)
8.4.1 Resultado do Período	(14.536.079,23)	(78.808.758,88)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

A transição da gestão dos hospitais para a HU BRASIL é conduzida de acordo com as condições estabelecidas em cada contrato específico. No que concerne à constituição fiscal das unidades filiadas, encontra-se em diferentes estágios de evolução, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Evolução da Execução Orçamentária e Financeira

Unidades Contratuais	Unidade Gestora no SIAFI	Quantidade de Empregados	Exercício Financeiro	Execução Orçamentária e Financeira
47	42	38.545	2021	37
		39.922	2022	38
		42.885	2023	39
		48.056	2024	41
		50.586	1T2025	41
		53.136	1T2026	42

* Fonte: Guia do FGTS 03.2026, Doc SEI 60006088)

*Foram abertos Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas (CNPJ) para 47 unidades hospitalares que possuem contratos de gestão com a HU BRASIL. Em 4 desses casos, as unidades foram agrupadas em Complexos Hospitalares de Saúde, sendo 3 complexos com 2 hospitais em cada e 1 complexo com 3 hospitais. Essas unidades foram reunidas em 42 unidades gestoras (UG) SIAFI para operacionalização orçamentária e financeira.

A quantidade de empregados da HU BRASIL apresentou um crescimento significativo ao longo dos últimos exercícios financeiros em razão da adesão de novas unidades hospitalares, evidenciando a ampliação da força de trabalho e o fortalecimento das atividades da Rede.

No 1º trimestre 2025 para o 1º trimestre de 2026, a força de trabalho da HU BRASIL aumentou em 2.550 o número de empregados, o que corresponde a um crescimento acumulado de 5%. Esse avanço demonstra o esforço contínuo para atender às demandas crescentes de saúde, ensino e pesquisa no âmbito do SUS.

A operação orçamentária e financeira da HU BRASIL é extremamente complexa devido à necessidade de conciliação entre distintas dimensões contábeis, fiscais e orçamentárias, que demandam um controle rigoroso para garantir o cumprimento das normas aplicáveis e a transparência nas suas operações.

Todas as operações financeiras da HU BRASIL são realizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que é o sistema utilizado por todos os entes governamentais para gerenciar a execução orçamentária e financeira. A HU BRASIL, por ser uma empresa pública, deve seguir as mesmas regras aplicáveis aos órgãos públicos em relação à execução de receitas e despesas, registrando todas as transações de forma total no SIAFI. Isso assegura a conformidade com as exigências fiscais e orçamentárias do governo federal, facilitando o controle, a transparência e a auditoria das operações.

A complexidade da operação orçamentária e financeira da HU BRASIL também é destacada pela Lei nº 15.321, de 30 de dezembro de 2025, que estabelece as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2026. De acordo com o Art. 6º desta lei, os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social devem compreender as receitas e despesas de diversos órgãos e entidades, incluindo as empresas públicas e sociedades de economia mista como a HU BRASIL. A execução orçamentária e financeira dessas entidades deve ser registrada de forma total no SIAFI, garantindo que a gestão dos recursos públicos seja realizada de forma transparente e responsável. A citação da lei é a seguinte:

Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas e das despesas dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, de seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Assim, a operação financeira e orçamentária da HU Brasil não se limita à gestão dos recursos da Empresa, mas também exige a integração com o sistema federal de gestão financeira e o cumprimento de todas as normas fiscais e orçamentárias aplicáveis ao setor público, tornando a sua gestão uma tarefa desafiadora e de grande responsabilidade.

Essa integração entre diferentes sistemas e normativas reflete o compromisso da HU BRASIL em assegurar transparência, conformidade legal e excelência na gestão de seus recursos, consolidando seu papel estratégico no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Empresa possui uma estrutura organizacional ampla, que compreende a administração de 47 hospitais universitários, essenciais para o atendimento à saúde e para a formação de novos profissionais no Sistema Único de Saúde (SUS), com diversas unidades e complexos espalhados pelo Brasil, coordenando suas atividades de forma descentralizada. A distribuição é a seguinte:

- 1 UG PRINCIPAL (SEDE): Refere-se à Unidade Gestora Principal, ou seja, a sede da HU BRASIL, que é a central responsável pela coordenação e gestão das atividades da Empresa.
- 42 UG (FILIAIS): Indica as 42 Unidades Gestoras Filiais da HU BRASIL, que são responsáveis pela gestão regional de hospitais e serviços em diversas partes do país.
- 4 COMPLEXOS (PA, CE, PR e RJ): Refere-se a quatro grandes complexos regionais que agrupam hospitais e serviços em estados como Pará (PA), Ceará (CE), Paraná (PR) e Rio de Janeiro (RJ), com gestão centralizada para facilitar a coordenação.

Essa estrutura integrada e distribuída permite que a HU BRASIL gerencie eficientemente sua operação, garantindo a boa execução das políticas públicas e o fortalecimento do SUS.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Intermediárias são de responsabilidade da Administração da empresa, com emissão autorizada pela Diretoria Executiva da Empresa. Elas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis e as normas internacionais de relatório financeiro IFRS (*International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como com as práticas e normas contábeis adotadas no Brasil.

No contexto brasileiro, as normas contábeis abrangem as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, aprovados pelo CFC com efeitos normativos e, no contexto do presente relato, indicados como "Pronunciamento Técnico CPC emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). De outro lado, o termo Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs engloba as Normas Técnicas Gerais (NBC TG, incluídos os Pronunciamentos Técnicos CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

As Demonstrações Contábeis Intermediárias evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Os registros contábeis estão realizados no Siafi e no Sistema Contábil Societário, em consonância com as NBCs.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Intermediárias estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo indicações ao contrário.

Base de Preparação – Demonstrações Contábeis Intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico de aquisição ou construção, a menos que indicado de outra forma, considerando-se o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Demonstrações Intermediária. No caso de contratos de arrendamento, foi utilizado o valor presente como base de valor, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Os valores foram obtidos a partir dos documentos extraídos do Siafi pelas Unidades Gestoras da HU BRASIL.

Moeda Funcional – As Demonstrações Contábeis Intermediárias são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa (Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis).

Desempenho Financeiro e Regime de Competência – O regime de competência é aplicado, refletindo os efeitos de transações e outros eventos sobre as reivindicações e recursos econômicos da entidade nos períodos em que esses efeitos ocorrem, mesmo que os pagamentos e recebimentos sejam realizados em períodos diferentes. Isso fornece uma base sólida para avaliar o desempenho passado e futuro da entidade, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Ativo Circulante – Inclui bens e direitos que a Empresa possui e que são realizáveis até o encerramento do exercício seguinte. Exemplos incluem recursos da conta única aplicados e limite de saque com vinculação de pagamento (caixa disponível), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Estoques – Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição ou custo médio (dos dois o menor). O método de avaliação de estoques é o da média ponderada móvel (Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) – Estoques) com manutenção e controle físico sob responsabilidade de cada unidade da HU BRASIL em sistema de gestão próprio. Os Relatórios Mensais de Almoxarifado (RMA), emitidos por essas unidades, são registrados no Siafi, e evidenciados nas Demonstrações Contábeis.

Ativo Não Circulante – É composto pelos subgrupos: Valores de Longo Prazo – SUS, Depósitos Judiciais, Bens Móveis, Imóveis e Intangível, reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou produção, deduzido da respectiva depreciação ou amortização, quando aplicável, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Depreciação e Amortização – É calculada no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), seguindo padrões estabelecidos pela STN, utilizando o método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, sem extrapolar os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580/2018 e na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017, conforme tabela abaixo:

TABELA DE VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL			
Conta	Descrição	Vida Útil (Anos)	Valor Residual 2025 e 2024
12311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	10%
12311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
12311.01.03	Equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20%
12311.01.04	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversão	10	10%
12311.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
12311.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
12311.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
12311.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
12311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
12311.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
12311.01.24	Máquinas e equipamentos eletroeletrônicos	10	10%
12311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
12311.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	10%
12311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
12311.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
12311.03.03	Mobiliário em geral	10	10%
12311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10	10%
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
12311.05.01	Veículos em geral	15	10%
12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15	10%
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%
12321.08.00	Benfeitorias em propriedades de terceiros	25	-
12321.07.00	Instalações	10	-
12411.01.01	Software - Vida útil definida	10	-

Impairment de Ativos Não Financeiros – Conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da HU BRASIL busca revisar o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. Nesse caso, uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior entre: (a) o valor de venda dos ativos, menos os custos estimados para a venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo, unidade geradora de caixa ou mesmo o valor atual de mercado.

Passivo Circulante – Corresponde a obrigações a serem pagas até o encerramento do exercício social seguinte e engloba obrigações com fornecedores, retenções de tributos, obrigações patronais e outras obrigações a pagar assumidas no curso normal das atividades da Empresa, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Passivo Não Circulante – O passivo é classificado como não circulante quando sua exigibilidade é superior, pelo menos, ao fechamento do exercício seguinte, equivalente a doze meses após a data do balanço, como preceitua o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Patrimônio Líquido – É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos, conforme estabelecido no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. O capital social está representado pela totalidade de ações pertencentes à União.

Ativos e Passivos Financeiros – Estão registrados a valor presente em razão do regime de competência no reconhecimento das receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, com incerteza de data para pagamento, estão mensurados a valor presente, visto que são escriturados inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e atualizados mensalmente de acordo com as regras e critérios da consultoria jurídica da Empresa. Não há ativos financeiros para venda.

Tributação – O regime de tributação adotado para fins de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é o Lucro Real (receitas menos despesas), com ajustes previstos em lei.

Demonstração do Fluxo de Caixa – A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é apresentada conforme Pronunciamento Técnico 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, por meio do método indireto.

Por fim, os quadros que constam das notas a seguir estão, predominantemente, apresentados em R\$ 1,00.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa	31.03.2026	31.12.2025
CTU - Recursos da Conta Única Aplicados	420.728.643,03	337.744.212,29
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	1.309.966,13	1.793.879,51
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	739.704.454,97	551.583.218,56
Limite de Saque com Vinculação Pagamento - Ordem de Pagamento	447.053.820,42	507.778.528,02
Garantias	178.688.585,35	171.048.076,63
TOTAL	1.787.485.469,90	1.569.947.915,01

Recursos da Conta Única Aplicados – Valores que advêm de receitas próprias e de rendimentos de aplicações. A variação na conta de recursos aplicados evidência que houve maior valor de aplicações que saques nas aplicações no trimestre. No 1º trimestre de 2026, verificamos que houve um aumento na ordem de R\$ 82.984.430,74 em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2025. Essa arrecadação fica na conta de aplicação até que seja viabilizado a execução orçamentária e financeira.

Demais Contas – Caixa Econômica Federal – Representam recursos de caução contratual depositados por fornecedores de serviços e materiais.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Representa o financeiro disponível para execução das despesas orçamentárias. Trata-se de recebimento de recursos financeiros que aguardam o processamento da despesa orçamentária (custeio SUS/ PROHSUS), para posteriores pagamentos, bem como financeiro de outras fontes para gestão de fluxo de caixa da rede.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento – Refere-se a financeiro vinculado a despesa da folha de pessoal e despesas contratuais que sairão da conta única, conforme autorização de pagamento, e posterior transferência para as contas bancárias dos empregados e fornecedores. Em síntese, trata-se de valores comprometidos com pagamentos autorizados, que aguardam a operacionalização bancária do saque para as contas dos credores.

Garantias – Representam apropriação de valores em depósito em conta vinculada, como forma de assegurar o cumprimento de obrigações financeiras, muitas vezes utilizadas em transações comerciais e obrigações trabalhista. É uma conta de controle, contendo o mesmo saldo registrado no passivo. Essas garantias passaram a ser reconhecidas em 2024 no Balanço Patrimonial de todas as entidades do Setor Público Federal, que executa no SIAFI, por determinação do Acórdão do TCU 2.717/2023. Os valores podem ser sacados para sanar obrigações trabalhista durante a execução do processo ou ao final do contrato quando comprovado a regularidade dos serviços prestados.

5. VALORES A RECEBER

Valores a Receber de Curto Prazo	31.03.2026	31.12.2025
Faturas e Duplicatas a Receber – Prestação de Serviço	1.919.938,61	136.266,24

Valores a Receber de Longo Prazo	31.03.2026	31.12.2025
Faturas e Duplicatas a Receber - Prestação de Serviço	4.803.897,64	4.803.897,64

Faturas e Duplicatas a Receber – Prestação de Serviço – A HU BRASIL tem valores a receber da Secretaria de Saúde do município de Belo Horizonte, em curto e em longo prazo, em contrapartida aos serviços de saúde prestados pela filial Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC-UFMG), no âmbito do SUS, via convênio.

Não foram apropriadas Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), por se tratar de uma relação contratual com ente da Administração Pública Direta e, ainda, por não haver subsídios necessários para criação de matriz de risco.

6. ADIANTAMENTOS E CRÉDITOS A RECEBER

Adiantamentos e Créditos a Receber de Terceiros	31.03.2026	31.12.2025
13º Salário - Adiantamento	12.330.322,21	12.266.939,04
Adiantamento de Férias	-	51.034,13
Salários e Ordenados Pagos Antecipadamente	3.576.358,94	4.902.058,14
Adiantamento Concedido	491.474,74	2.939,58
Aluguéis a Receber	137.444,21	81.817,71
Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada	40.149.573,38	34.270.804,14
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	101.958,55	113.612,38
Prêmios de Seguros a Apropriar	81.562,87	97.068,18
Créditos a Recuperar Decorrentes de Infrações Contratuais	320.351,63	320.351,63
Tributos Pagos a Apropriar	25.376,11	33.834,82
VPD de Serviços Pagos Antecipadamente	504.720,75	534.516,84
Remuneração da Conta Única a Receber	1.184.148,11	994.579,88
Créditos a Receber por pagto em Duplicidade	296.315,16	378.158,83
Créd. a Rec Decorrentes de Folha Pagto	7.089.237,00	6.545.911,50
Adiantamento a Fornecedores	10.591,10	198.653,17
Ajuste para Perdas - Subgrupo113	(3.759.827,05)	(3.404.178,01)
Indenizações e Restituições a Receber	1.225,27	1.225,27
Créd. a Rec. Por Reemb. Salário Maternidade	98.324,18	50.540,78
TOTAL	62.639.157,16	57.439.868,01

Décimo Terceiro Salário – Adiantamento – O saldo se refere a adiantamento de 13º salário concedido a empregados públicos que fizeram a opção de recebimento na folha de dezembro de 2025 antecipação de 13º referente à 2026.

Adiantamento de Férias - O saldo se refere a adiantamento férias concedidas a empregados públicos. Normalmente é realizado a baixa em contrapartida aos saldos de férias a pagar. Em razão da implementação da rotina de baixa, não consta saldo em 2026.

Salários e Ordenados Pagos Antecipadamente – Registra o adiantamento a pessoal referente à remuneração no período de férias, quando o servidor opta pelo adiantamento do salário.

Adiantamento Concedido – Registra os valores disponibilizados para suprimento de fundos que tem como objetivo custear despesas de pequeno vulto ou eventuais.

Aluguéis a Receber – Valores a receber referente a aluguel de espaço público para exploração de serviço de cantina na unidade da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada – Registra os valores relativos a adiantamentos de recursos financeiros provenientes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED). Os prazos previstos para apresentação de Relatório de Cumprimento de Objeto e Análise é uma previsão com base no Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

UG Executora Concedente	Descrição HU Brasil	Transferência - Conveniente	Razão Social Conveniente	Transferência	Início Vigência	Final Vigência	A Comprovar	Apresentação RCO Prazo 120 - Dias	Análise RCO -180 dias
155007	HU Brasil SEDE	364102	Conselho Nac De Desenv Cient e Tecnológico	1AAFLY	24/09/2021	23/09/2026	5.902.653,35	21/01/2027	20/07/2027
155007	HU Brasil SEDE	364102	Conselho Nac De Desenv Cient e Tecnológico	1AAFXA	27/10/2021	30/09/2024	4.626.460,00	28/01/2025	27/07/2025
155007	HU Brasil SEDE	153152	Hospital Universitário Da Ufrj	968020	10/09/2024	10/02/2025	2.003.451,09	10/06/2025	07/12/2025
155007	HU Brasil SEDE	153163	Universidade Federal De Santa Catarina	951887	11/12/2023	11/12/2024	2.000.000,00	10/04/2025	07/10/2025
155007	HU Brasil SEDE	154050	Fundação Universidade Federal De Sergipe	966612	29/07/2024	28/07/2025	1.483.189,26	25/11/2025	24/05/2026
155007	HU Brasil SEDE	254420	Fundação Oswaldo Cruz	966781	01/08/2024	01/08/2026	6.831.301,72	29/11/2026	28/05/2027
155007	HU Brasil SEDE	364102	Conselho Nac De Desenv Cient e Tecnológico	935982	01/10/2022	30/09/2024	1.796.900,00	28/01/2025	27/07/2025
155007	HU Brasil SEDE	364102	Conselho Nac De Desenv Cient e Tecnológico	952057	12/12/2023	12/12/2025	3.488.380,00	11/04/2026	08/10/2026
155007	HU Brasil SEDE	364102	Conselho Nac De Desenv Cient e Tecnológico	952131	12/12/2023	12/12/2025	2.342.620,00	11/04/2026	08/10/2026
155015	MEJC	153103	Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte	934289	01/06/2022	01/06/2023	300.000,00	29/09/2023	27/03/2024
155007	HU Brasil SEDE	364102	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	972051	09/12/2024	08/12/2026	3.946.459,58	07/04/2027	04/10/2027
155007	HU Brasil SEDE	153163	Universidade Federal de Santa Catarina	975706	30/06/2025	30/06/2028	3.000.000,00	28/10/2028	26/04/2029
155015	MEJC	153103	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	975297	05/06/2025	05/06/2028	216.000,00	03/10/2028	01/04/2029
155013	HUOL	153103	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	980211	01/11/2025	01/11/2028	222.000,00	01/03/2029	28/08/2029
155007	HU Brasil SEDE	153163	Universidade Federal de Santa Catarina	978367	28/09/2025	28/12/2028	1.500.000,00	27/04/2029	24/10/2029
155007	HU Brasil SEDE	170607	MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	989929	19/12/2025	18/12/2027	86.979,39	16/04/2028	13/10/2028
155007	HU Brasil SEDE	364102	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	990359	22/12/2025	31/12/2027	356.579,00	29/04/2028	26/10/2028
155902	CHC-UFPR	153079	Universidade Federal do Paraná	992201	11/03/2025	11/03/2026	46.599,99	09/07/2026	05/01/2027
TOTAL							40.149.573,38		

Prêmios de Seguros, Assinatura e Anuidades a Apropriar, Tributos Pagos a Apropriar, VPD de Serviços Pagos Antecipadamente e Outras Despesa Pagas Antecipadamente – São valores a apropriar decorrentes de pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços à Empresa ocorrerão em momento posterior.

Créditos a Recuperar Decorrentes de Infrações Contratuais - Créditos decorrentes de infração contratual relacionados a quebra de contrato por parte dos fornecedores que, por descumprimento de cláusulas, foram autuados e multados. Também se reconhecem as receitas a receber referentes a exploração de espaço público aguardando o recebimento por Guia de Recolhimento da União (GRU) e despesas anuladas que serão restituídas à HU BRASIL.

Remuneração da Conta Única a Receber – Registra os rendimentos positivos a receber com origem em aplicações de financeiro da conta única.

Créditos a receber por Pagamento em Duplicidade – Registra os créditos a receber decorrentes de pagamento de auxílio alimentação a trabalhadores com duplo vínculo.

Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento – Valores a restituir referente ao processamento de rescisões negativas.

Adiantamento a Fornecedores – Registra os adiantamentos efetuados pela entidade a fornecedores, vinculados a compras específicas de materiais que serão incorporados aos estoques quando de seu efetivo recebimento.

Ajuste para Perdas - Registra o ajuste de perdas para os créditos a receber relacionados a folha de empregados da HU BRASIL, especificamente sobre rescisões negativas ou mesmo apuração de folha mensal negativa.

Indenizações e Restituições a Receber – Registra os valores das indenizações e restituições a receber no curto prazo.

7. ESTOQUES

Estoques	31.03.2026	31.12.2025
Mercadorias para Doação em Trânsito	46.266,43	46.266,43
Materiais de Consumo em Trânsito	132.853,95	538.155,73
Materiais de Consumo	502.670.264,58	471.428.298,04
Medicamento - Estoque Interno - Para Distribuição	183.811.942,57	157.530.616,35
Importações em Andamento - Estoque	40.339.384,27	40.340.171,47
TOTAL	727.000.711,80	669.883.508,02

Material de Consumo em Trânsito e Mercadoria para Doação em Trânsito – Trata-se de transferência de materiais de consumo entre unidades integrantes da administração direta ou indireta (empresa dependente), aguardando os trâmites administrativos de recebimento e classificação na conta específica de material de consumo.

Material de Consumo – Compreende o montante consolidado de estoque de material de almoxarifado de toda rede HU BRASIL, 47 (quarenta e sete) unidades hospitalares, mais a Sede Administrativa, destinado ao atendimento do consumo interno.

Estoque de Materiais Sobressalente – Compreende materiais ou peças que não estão em uso imediato, mas são mantidos para garantir a continuidade das operações em caso de falhas, quebras ou necessidade de reposição.

Medicamento – Estoque Interno – Para Distribuição – Registra os valores dos medicamentos e outros produtos farmacêuticos, adquiridos ou produzidos pela unidade, destinados a formação de estoque de distribuição para consumo interno ou redistribuição. Compreendem também os valores de estoque assistencial e judicializado de toda a rede HU BRASIL. São medicamentos oriundos de programas estratégicos do SUS e de ações judiciais, não adquiridos pelos Hospitais ou pela HU BRASIL, que ficam sob sua guarda até a dispensação ou aplicação aos pacientes.

Importações em Andamento – Estoque - Refere-se a importações em andamento de bens de estoque. A variação no saldo em importação refere-se a pagamento de carta de crédito de contrato de importação de componentes hardware e software para aceleradores lineares.

Apresentamos a seguir o quadro com o detalhamento do estoque de material de consumo:

Material de Consumo - Natureza da Despesa Detalhada	31.03.2026	31.12.2025
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	1.557,98	1.557,98
Combustíveis e Lubrif. p/ Outras Finalidades	68.205,59	75.176,03
Gás e Outros Materiais engarrafados	1.424.581,32	1.200.045,35
Gêneros de Alimentação	3.668.347,95	4.484.890,64
Material Farmacológico	356.212.246,67	326.994.720,71
Material Odontológico	787.768,74	731.093,00
Material Químico	11.371.731,58	11.555.943,57
Material de Coudelaria Ou de Uso Zootécnico	4.600,00	-
Material educativo e esportivo	29.862,47	39.198,18
Material de expediente	6.383.754,29	6.248.229,52
Material de Tic - Material de Consumo	1.991.317,57	1.687.632,20
Material de Acondicionamento e embalagem	4.203.126,58	4.475.746,56
Material de Cama, Mesa e Banho	1.307.139,67	1.402.098,24
Material de Copa e Cozinha	1.117.405,26	929.848,78
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	2.949.435,63	3.146.695,94
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	683.025,62	667.540,98
Material p/ Manut.de Bens Imóveis/Instalações	2.083.226,24	2.106.786,04
Material p/ Manutenção de Bens Moveis	10.524.976,29	9.055.706,37
Material elétrico e eletrônico	3.331.476,68	2.379.469,86
Material de Proteção e Segurança	4.026.683,46	3.764.235,23
Material p/ Áudio, Vídeo e Foto	517.140,84	507.490,98
Material Para Comunicações	188.873,58	103.318,19
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	421,26	421,26
Material p/ Produção Industrial	5.365,40	4.705,00
Material Laboratorial	15.692.139,56	21.011.743,70
Material Hospitalar	242.251.801,25	215.571.896,50
Material p/ Manutenção de Veículos	2.412,17	19.280,41
Material Biológico	480.796,08	195.412,74
Material p/ Utilização em Gráfica	2.260,00	2.260,00
Ferramentas	122.450,90	77.965,85
Material p/ Reabilitação Profissional	5.588.203,82	5.315.658,01
Material de Sinalização Visual e Outros	289.785,12	292.210,21
Bens Moveis Não Ativáveis	9.111.680,46	4.832.587,40
Bandeiras, Flamulas e Insígnias	590,40	590,40
Outros Materiais de Consumo	40.521.588,56	40.924.873,25
Gêneros de Alimentação	12.934,82	17.400,57
Material p/ Manutenção de Bens Moveis	0,00	18.734,63
Material Laboratorial	9.317,38	7.863,13
Material p/ Reabilitação Profissional	32.480,61	32.480,61
TOTAL	727.000.711,80	669.883.508,02

Em resumo, nota-se que a elevação relevante dos estoques ocorreu em material hospitalar e material farmacológico. O aumento justifica-se pela ação da gestão em aplicar recursos para uma cobertura de suprimentos na média de 3 meses.

Outros materiais de consumo - O saldo refere-se a pagamento de carta de crédito de contrato de importação de componentes hardware e software para aceleradores lineares.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Depósitos Judiciais	31.03.2026	31.12.2025
Depósitos Efetuados para Interposição de Recurso	40.925.703,17	31.079.747,46

Os depósitos judiciais registrados pela HU BRASIL no 1º trimestre de 2026 totalizam R\$ 40.925.703,17. Esses valores estão relacionados a depósitos efetuados para a interposição de recursos, ou seja, valores vinculados a processos judiciais que ainda estão em andamento, com o objetivo de garantir a continuidade das ações perante as instâncias superiores.

O saldo apresentado representa o somatório de valores nominais depositados nas contas das instituições financeiras Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

9. IMOBILIZADO

O imobilizado da HU BRASIL é composto por bens móveis, imóveis e as respectivas depreciações, amortizações e ajustes de recuperabilidade, quando indicado.

9.1 BENS MÓVEIS

O grupo de bens móveis é composto, em maior parte, por equipamentos, utensílios médicos e odontológicos; equipamento de tecnologia da informação e comunicação; aparelhos e utensílios domésticos; e mobiliário em geral.

Bens Móveis	31.03.2026	Entradas	Baixas/Transferências	31.12.2025
Máquinas e Equipamentos	1.577.169.787,42	84.141.575,34	(8.170.000,22)	1.501.198.212,30
Mobiliário e Utensílios em Geral	110.387.025,69	2.837.615,79	(1.754.095,49)	109.303.505,39
Veículos	6.220.065,36	334.437,90	(1.299,99)	5.886.927,45
Obras de Arte	1.870,00	-	-	1.870,00
Diversos	11.320.662,91	9.662.945,08	(15.823.922,37)	17.481.640,20
TOTAL	1.705.099.411,38	96.976.574,11	(25.749.318,07)	1.633.872.155,34

Bens Móveis	31.03.2025	Entradas	Baixas/Transferências	31.12.2024
Máquinas e Equipamentos	1.229.562.558,24	89.572.727,37	(5.649.069,25)	1.145.638.900,12
Mobiliário e Utensílios em Geral	106.660.249,06	5.857.781,05	(1.955.222,25)	102.757.690,26
Veículos	5.781.933,91	299.371,68	(80.326,15)	5.562.888,38
Obras de Arte	1.870,00	-	-	1.870,00
Diversos	13.625.412,95	16.913.878,58	(13.821.786,99)	10.533.321,36
TOTAL	1.355.632.024,16	112.643.758,68	(21.506.404,64)	1.264.494.670,12

O aumento dos bens demonstra a aplicação constante de recursos, já que há investimento contínuo na capacidade da atividade fim e na modernização da Empresa, observável pela variação positiva no exercício de 2025 e 1º trimestre de 2026.

Os valores lançados em diversos se referem a Adiantamentos para Inversão em Bens Móveis, Estoque Interno, Estoque para Distribuição, Bens Móveis em trânsito, Peças Não Incorporáveis a Imóveis e Bens Não Localizados.

Ressalta-se que os valores classificados na coluna de baixa e de entrada são em sua maior parte reclassificação entre contas do imobilizado.

9.2 BENS IMÓVEIS

Bens Imóveis	31.03.2026	Entradas	Baixas/Transferências	31.12.2025
Obras em Andamento	206.321.655,43	44.905.318,35	(14.300.046,17)	175.716.383,25
Estudos e Projetos	6.447.496,66	1.444.447,71	-	5.003.048,95
Instalações	53.138.429,98	18.984.589,20	-	34.153.840,78
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	232.717.721,23	1.478.558,41	(1.390.805,06)	232.629.967,88
TOTAL	498.625.303,30	66.812.913,67	(15.690.851,23)	447.503.240,86

Bens Imóveis	31.03.2025	Entradas	Baixas	31.12.2024
Obras em Andamento	103.410.463,76	14.267.606,79	(2.472.779,68)	91.615.636,65
Estudos e Projetos	550.664,79	749.999,76	(299.999,88)	100.664,91
Instalações	29.656.812,48	1.707.108,42	-	27.949.704,06
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	180.224.338,84	5.331.251,97	-	174.893.086,87
TOTAL	313.842.279,87	22.055.966,94	(2.772.779,56)	294.559.092,49

Obras em Andamento – Registra os valores com construções e reformar em andamento nos Hospitais Universitários. As baixas referem-se a reclassificações para a conta de Benfeitorias em Propriedade de Terceiros quando efetivado a conclusão da obra.

Estudos e Projetos – Registra os valores relativos a estudos e projetos, englobando limpeza do terreno, serviços topográficos, sondagens de reconhecimento, terraplenagem, drenagens, instalações provisórias como galpões, instalações elétricas e hidráulicas, utilizadas durante as obras.

Instalações – Registra o custo de implantação de instalações que, não obstante integradas aos edifícios, devem ser segregadas das obras civis.

Benfeitorias em Propriedade de Terceiros – Corresponde a investimento com ampliação ou melhoria de infraestrutura de Unidades Hospitalares. Cabe informar que, os imóveis em que as unidades hospitalares estão instaladas são de propriedade das Universidades Federais. Por esta razão, entende-se que o investimento é em propriedade de terceiros, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado. As entradas no exercício têm origem na conclusão das obras em andamento.

9.3 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E IMPAIRMENT DO IMOBILIZADO

Depreciação, amortização Acumulada e Impairment	31.03.2026	Movimento Devedor	Movimento Credor	31.12.2025
Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(426.762.533,82)	2.709.993,92	(30.188.404,27)	(399.284.123,47)
Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Imóveis	(31.656.514,88)	-	(3.613.529,83)	(28.042.985,05)
Redução ao Valor Recuperável - Imobilizado	(14.765.904,58)	120.369,84	(0,01)	(14.886.274,41)
TOTAL	(473.184.953,28)	2.830.363,76	(33.801.934,11)	(442.213.382,93)

Depreciação, amortização Acumulada e Impairment	31.03.2025	Movimento Devedor	Movimento Credor	31.12.2024
Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(322.362.260,96)	11.390.355,36	(35.090.106,05)	(298.662.510,27)
Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Imóveis	(20.529.892,35)	27.248,28	(2.165.082,98)	(18.392.057,65)
Redução ao Valor Recuperável - Imobilizado	(12.365.210,23)	534,51	-	(12.365.744,74)
TOTAL	(355.257.363,54)	11.418.138,15	(37.255.189,03)	(329.420.312,66)

Depreciação e Amortização – A depreciação é calculada pelo método linear, mediante a utilização de vida útil econômica dos bens (vide Nota Explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis). O controle patrimonial e o cálculo da depreciação e da amortização são realizados por meio do Sistema de Informações Gerenciais (SIG), no módulo Patrimônio, e por meio do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), sob a responsabilidade da Diretoria de Administração e Infraestrutura (DAI).

Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) – A Redução ao Valor Recuperável compreende a realização de testes de *impairment*, visando à análise da desvalorização econômica, conforme preconizado no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 2025, o estudo e a aplicação de teste de recuperabilidade foi realizada nos termos na Norma Operacional - SEI nº 4/2023/DAI-HU BRASIL. A Administração planeja realizar um novo estudo até final do exercício.

10. INTANGÍVEL

Intangível	31.03.2026	Entradas	Baixas/Transferências	31.12.2025
Softwares - Vida Útil Definida	64.290.965,82	728.669,52	-	63.562.296,30
Softwares - Vida Útil Indefinida	532.904,48	39.952,00	-	492.952,48
Marcas e Patentes Industriais	6.522,00	2.410,00	-	4.112,00
Direito de Uso de Bens	81.031.168,21	21.728.128,76	(17.100.036,49)	76.403.075,94
TOTAL	145.861.560,51	22.499.160,28	(17.100.036,49)	140.462.436,72

Intangível	31.03.2025	Entradas	Baixas/Transferências	31.12.2024
Softwares - Vida Útil Definida	62.816.284,05	207.136,70	13.333,28	62.622.480,63
Softwares - Vida Útil Indefinida	428.912,68	124.000,00	124.000,00	428.912,68
Marcas e Patentes Industriais	1.751,00	298,00	-	1.453,00
Direito de Uso de Bens	51.505.634,88	3.000.010,88	55.110,20	48.560.734,20
TOTAL	114.752.582,61	3.331.445,58	192.443,48	111.613.580,51

Amortização e Impairment de Intangível	31.03.2026	Movimento Devedor	Movimento Credor	31.12.2025
Amortização Acumulada - Software	(42.049.444,20)	7.643,98	(1.712.114,82)	(40.344.973,36)
Amortização Acumulada - Direito de Uso	(30.372.248,41)	16.503.752,00	(14.805.934,75)	(32.070.065,66)
Redução ao Valor Recuperável - Software	(3.045.069,41)	-	-	(3.045.069,41)
TOTAL	(75.466.762,02)	16.511.395,98	(16.518.049,57)	(75.460.108,43)

Amortização e Impairment de Intangível	31.03.2025	Movimento Devedor	Movimento Credor	31.12.2024
Amortização Acumulada - Software	(35.207.796,21)	13.333,28	(2.221.158,46)	(32.999.971,03)
Amortização Acumulada - Direito de Uso	(32.656.186,30)	42.000,00	(4.228.720,25)	(28.469.466,05)
Redução ao Valor Recuperável - Software	(2.797.916,80)	-	-	(2.797.916,80)
TOTAL	(70.661.899,31)	55.333,28	(6.449.878,71)	(64.267.353,88)

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, resultantes do desenvolvimento de *software*, de direitos contratuais ou de outros direitos legais; e são demonstrados pelo custo de aquisição, produção ou desenvolvimento de *software*, deduzido da respectiva amortização, calculada pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

Softwares – Os *softwares* estão classificados em vida útil definida e vida útil indefinida. A macro função Siafi 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, define a vida útil como sendo “o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo”.

Marcas e Patentes Industriais - registra os valores relativos a bens intangíveis, englobando os gastos com registro de marca, nome, invenções próprias, além de desembolsos a terceiros por contratos de uso de marcas, patentes ou processos de fabricação (tecnologia).

Direito de Uso – A conta Direto de Uso, representa os bens móveis e imóveis com origem em contratos de arrendamentos, registrados nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Os contratos de arrendamento da HU BRASIL com terceiros não possuem juros explícitos ou implícitos reconhecidos. Os saldos de ativo e passivo são reconhecidos em seus valores brutos, sem desconto de juros a transcorrer sobre os arrendamentos.

A falta de apresentação nas Demonstrações Contábeis dos reflexos de juros sobre os arrendamentos decorre da dificuldade operacional em realizar os registros do sistema SIAFI. O prazo para adequações do sistema está previsto para 2027, com obrigatoriedade de registro contábeis em 2028, conforme Portaria emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional nº 1.569, de 11/12/2023.

Devido as especificidades da execução orçamentária e financeira no setor público, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, incluiu orientações sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciação de arrendamento no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor público, MCASP, 11ª edição.

A HU BRASIL, mesmo obrigada a cumprir as especificidades de Empresa que realiza a gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos termos dos regimentos do setor público, por ser uma Empresa dependente do tesouro nacional, apresentar os Contratos de Arrendamento em seus Demonstrativos Contábeis utilizando a melhor técnica e ferramentas disponíveis.

A variação observada na conta de Direito de Uso decorre, principalmente, da ampliação no reconhecimento de contratos. No 1º trimestre de 2026, foram reconhecidos 246 contratos.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

O grupo Obrigações Trabalhistas compreende as obrigações com folha de pessoal apropriadas pelo regime de competência, conforme quadro abaixo:

Obrigações Trabalhistas a Pagar	31.03.2026	31.12.2025
Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar	394.695.695,59	465.562.364,68
Décimo Terceiro Salário a Pagar	128.602.760,26	-
Férias a Pagar	532.178.462,69	560.811.289,99
Benefícios Assistenciais a Pagar	9.359.957,44	8.960.657,61
FGTS	42.783.007,13	49.417.003,28
Encargos FGTS sobre Férias	41.700.761,48	43.881.633,37
Encargos INSS sobre Férias	145.588.196,10	153.202.159,49
Encargos INSS sobre 13º Salário	35.371.976,61	-
Encargos FGTS sobre 13º Salário	10.131.485,02	-
INSS - Contribuição Sobre Salários e Remuneração	148.021.594,19	169.795.737,10
PSS-Contrib Sobre Salários e Re	47.602,74	67.894,06
TOTAL	1.488.481.499,25	1.451.698.739,58

Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar – Inclui as obrigações com folha de pessoal apropriadas pelo regime de competência. Ressalta-se que o recurso financeiro referente a esta obrigação se encontra assegurado no ativo, na conta Caixa Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento.

Férias a Pagar – São registradas com base em relatórios emitidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), incluindo o proporcional de férias e abono constitucional de 1/3 (um terço) de férias. Os encargos patronais de FGTS e INSS (20% INSS, a Contribuição Previdenciária relacionada a Riscos Ambientais do Trabalho – RAT ajustado, e as Contribuições Previdenciárias para Terceiros relacionadas ao Salário Educação, Incra, SENAC, SESC, SEBRAE) foram reclassificados para as contas específicas dessas obrigações, resultado na redução de saldos no exercício.

Benefícios Assistenciais a Pagar – Registra as obrigações relativas aos benefícios assistenciais concedidos diretamente ou indiretamente ao empregado, quando obedecidos os critérios estabelecidos para sua concessão no Plano de Benefícios aprovado para a HU BRASIL e firmado no Acordo Coletivo de Trabalho, liquidados e ainda não pagos. O passivo normalmente é pago no primeiro dia útil do mês seguinte.

Fundo de Garantia do Tempo de serviço – FGTS – Registra os valores relativos a título de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) incidentes sobre salários e remunerações de pessoal referente a folha de dezembro, 13º Salário a Pagar e Férias a Pagar. Normalmente o pagamento é realizado até a data de vencimento do tributo.

Encargos FGTS e INSS sobre Férias e 13º Salário – Registra as provisões de encargos de FGTS e INSS a pagar com base nos relatórios e provisionamentos.

Contribuição Previdenciária Sobre Salários e Remuneração – INSS – Refere-se ao patronal e retenções sobre a folha de dezembro a recolher, cuja apuração é realizada com base nas informações do e-Social e de relatório de gestão INSS sobre férias a pagar.

PSS – Contribuição Sobre Salários e Remuneração – Registra os valores relativos as contribuições patronais para custeio do plano de seguridade social do servidor, conforme art. 3º e 4º da Lei nº 8.688 de 21/07/93.

12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	31.03.2026	31.12.2025
Contas a Pagar Credores Nacionais	161.573.591,21	183.521.056,67

Representa o conjunto de obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos, classificado como passivo circulante. São reconhecidos tanto os valores das notas fiscais, quanto dos demais documentos de cobrança correspondentes, que resultarão em futura execução financeira.

13. RETENÇÕES DE IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E OUTRAS RETENÇÕES

Retenções, Impostos, Contribuições e Outras Retenções	31.03.2026	31.12.2025
Retenções Previdenciárias - RGPS	41.971.188,58	47.086.632,52
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	164.254.420,51	266.966.361,79
Impostos e Contribuições Diversos Devidos	31.103.096,57	34.479.794,23
Imposto Sobre Serviço - ISS	1.445.334,69	2.196.472,15
IPTU/TLP a Recolher	-	-
Pensão Alimentícia	1.036.701,83	1.149.877,39
Outros Depósitos de Pessoal a Pagar	401.541,88	401.541,88
Depósitos por devolução de Valores	-	262,59
Taxa pela Prestação de Serviços	208,37	-
Taxa de Licenc. Anual de Veículos	220,45	-
Taxa de Fiscalização ou de Poder	901,71	-
PSSS - Vencimentos e Vantagens	24.072,41	34.218,07
Outros Tributos e contribuições Federais	-	688,55
TOTAL	240.237.687,00	352.315.849,17

Retenções Previdenciárias – RGPS – Registra o valor a recolher das retenções dos segurados da folha de pagamento da HU BRASIL e de serviços de terceiros com dedicação de mão de obra exclusiva, a ser recolhido ao fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Os valores serão recolhidos quando da quitação das contribuições previdenciárias, que ocorre até o 20º dia do mês seguinte ao período de apuração.

Imposto de Renda Retido na Fonte Devido ao Tesouro Nacional – Registra os valores a recolher referentes às retenções na fonte do imposto sobre a renda, relativas às importâncias pagas a terceiros ou creditadas a servidores ou empregados, sobre as quais incide o Imposto sobre Renda Retido na Fonte (IRRF), devido ao Tesouro Nacional. Os valores serão recolhidos quando da quitação das contribuições previdenciárias, até o 20º dia do mês seguinte ao período de apuração.

Impostos e Contribuições Diversos Devidos – Registra os valores referentes às retenções na fonte, pela entidade, de impostos e contribuições diversos (IR – Imposto sobre Renda, CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, PIS/PASEP – Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) relativas às importâncias pagas a terceiros, sobre os quais incidam os referidos tributos.

Imposto Sobre Serviço – ISS – Registra os valores do imposto sobre serviços retidos em consignações por força de legislação, circunstância ou acordo entre as partes envolvidas na transação, em situações em que a entidade, como parte contratante, atue como substituta tributária.

Pensão Alimentícia – Representa os valores que a HU BRASIL retém dos funcionários que são obrigados a pagar pensão alimentícia a dependentes. O montante se torna um passivo, pois gera a obrigação à Empresa em repassar os valores a quem os são de direito.

Outros Depósitos de Pessoal a Pagar – Valores referentes a salários a pagar provenientes de devolução bancária, que ficam em conta de retenção para posterior reapresentação ao banco.

Depósitos por devolução de Valores - registra os depósitos por devolução de valores não reclamados em decorrência de cancelamento de ordem bancária, tais como: pagamento de servidor ativo, inativo, pensionista ou de fornecedores. O valor deverá ficar registrado enquanto não for realizado novo pagamento ou deverá ser classificado como receita após definição da não realização do novo pagamento.

PSSS - Vencimentos e Vantagens - Registra o valor das retenções procedidas em pagamentos de servidores regidos pela lei nº 8.112/90 a título de seguridade social a ser recolhido ao plano de seguridade social do servidor.

14. OBRIGAÇÕES TRANSITÓRIAS A CURTO PRAZO

Obrigações Transitórias de Curto Prazo	31.03.2026	31.12.2025
Planos de Previdência e Assistência	137.979,31	128.831,75
Retenções - Empréstimos e Financiamentos	33.926.023,41	32.136.450,38
Depósitos Retidos de Fornecedores	877.594,54	637.144,26
Depósitos Retidos de Pessoal ou Benefícios a Pagar	1.979.534,28	2.010.484,17
Glosa de Encargos Trabalhistas	4.869.262,40	7.558.534,42
Retenções - Entidades Representativas	1.199.534,64	1.143.073,78
Depósitos Retidos de Fornecedores	178.688.585,35	171.048.076,63
Indenizações, Restituições e Compensações	2.115.717,18	727.916,12
Diárias a Pagar	28.965,74	9.382,64
Depósitos e Cauções Recebidos	1.309.966,13	1.793.879,51
GRU - Valores Em Trânsito Para Estorno	755.853,82	18.664,11
Cartão de Pagamento do Governo - Saque	155.870,98	5.785,28
Cartão de Pagamento do Governo - Fatura	326.063,57	5.548,87
Transferências Financeiras	225.958.064,73	123.000.499,36
Obrigações com Entidades Municipais	82.439,76	-
Outros Consignatários	207.645,80	198.834,92
Adiantamentos Diversos Recebidos	183.835.112,51	157.543.786,29
Ordens Bancárias Canceladas	27,27	5.508,50
Obrigações Com Entidades Estaduais	296.412,45	63.066,63
TOTAL	636.750.653,87	498.035.467,62

Planos de Previdência e Assistência – Representa os valores que os empregados autorizam a HU BRASIL a reter e repassar a entidades de previdência e assistência complementares.

Retenções – Empréstimos e Financiamentos – Trata-se dos valores retidos em folha em relação a empréstimos consignados dos funcionários. O valor se torna um passivo, pois gera a obrigação da Empresa em repassá-lo a instituições financeiras.

Depósitos Retidos de Fornecedores – Registra os valores de obrigações decorrentes de depósitos recebidos ou retidos de fornecedores em função de aplicação de multas e outras determinações.

Depósitos Retidos de Pessoal ou Benefícios a Pagar – Registra os valores de obrigações exigíveis até o curso do exercício seguinte, decorrentes de depósitos retidos de pessoal ou benefícios a pagar para posterior destinação.

Glosa de Encargos Trabalhistas – Registra o valor glosado das faturas dos prestadores de serviços para garantir o pagamento de férias, 13º salário e multa rescisória, nos casos de dispensa sem justa causa. A base legal é a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) 98/2009 e o valor é recolhido em conta vinculada ao respectivo contratante.

Retenções – Entidades Representativas – Registra os descontos efetuados em folha de pagamento de pessoal, para posterior recolhimento, a favor de instituições representativas de classe.

Depósitos Retidos de Fornecedores – Registra os valores de obrigações decorrentes de depósitos recebidos ou retidos de fornecedores para cumprimento de obrigações trabalhistas para contratado, conforme dispõe o art. 121 da lei 14.133/2021 - lei de licitações e contratos administrativos e demais instrumentos. Essas garantias passaram a ser reconhecidas em 2025 no Balanço Patrimonial de todas as entidades do Setor Público Federal, que executa no SIAFI, por determinação do Acórdão do TCU 2.717/2023.

Os valores são controlados também no ativo, ver Nota 4, item Garantias.

Indenizações, Restituições e Compensações – Registra as obrigações relativas a indenizações, restituições e compensações.

Diárias a Pagar – Valores de diárias a pagar com origem em processos administrativos das unidades gestoras.

Depósitos e Cauções Recebidos – Registra os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos ou cauções pela entidade, vinculados a contratos ou outros instrumentos, para garantias de operações específicas.

GRU - Valores Em Trânsito Para Estorno – Registra a classificação da arrecadação de guias de recolhimento da União.

Cartão de Pagamento do Governo – Saque – Registra os valores referentes a despesas com pagamento antecipado, pendentes de saque, com uso do cartão de pagamento do Governo Federal.

Cartão de Pagamento do Governo – Fatura – Registra os valores referentes a despesas com suprimento de fundos, pendentes de pagamento da fatura, com uso do cartão de pagamento do governo federal.

Transferências Financeiras – Registra a apropriação de passivo decorrente de transferências financeiras recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), com objeto de aplicação na HU Brasil de recurso orçamentário de outras unidades orçamentárias. O passivo permanecerá até que se tenha a comprovação e aprovação da execução orçamentária e financeira em Termo de Cumprimento de Objeto.

UG Conveniente	Razão Social	UG Concedente	Descrição Concedente	Conta Corrente	Transferência - Dia Final Vigência	Passivo - 218920600	Apresenta RCO - 120 dias	Análise RCO - 180 dias
155007	HU BRASIL SEDE	158195	Universidade Federal De Campina Grande	684952	30/10/2018	2.000.000,00	27/02/2019	26/08/2019
155007	HU BRASIL SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969221	31/10/2027	24.200.000,00	28/02/2028	26/08/2028
155007	HU BRASIL SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969222	31/10/2026	20.231.033,84	28/02/2027	27/08/2027
155007	HU BRASIL SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969223	30/11/2025	1.500.000,00	30/03/2026	29/05/2026
155007	HU BRASIL SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969225	30/09/2027	48.000.000,00	28/01/2028	26/07/2028
155007	HU BRASIL SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969227	30/04/2026	18.700.000,00	28/08/2026	24/02/2027
155007	HU BRASIL SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969228	31/10/2026	926.205,34	28/02/2027	27/08/2027
155007	HU BRASIL SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969230	31/01/2027	1.425.000,00	31/05/2027	27/11/2027
155007	HU BRASIL SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969231	31/10/2026	22.800.000,00	28/02/2027	27/08/2027
155007	HU BRASIL SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969233	30/01/2027	2.750.000,00	30/05/2027	26/11/2027
155007	HU BRASIL SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969234	30/03/2026	23.880.000,00	28/07/2026	24/01/2027
155007	HU BRASIL SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	971681	30/07/2025	19.984.453,50	27/11/2025	26/05/2026
155007	HU BRASIL SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	972173	31/12/2025	13.255.347,91	30/04/2026	27/10/2026
155007	HU BRASIL SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	973729	31/12/2025	15.428.374,57	30/04/2026	27/10/2026
155008	HUPI-UFPI	154048	Fundação Universidade Federal do Piauí	944284	24/08/2025	1.485.473,01	22/12/2025	20/06/2026
155012	HUCAN-UFES	153047	Hospital Universitário C. Antonio Moraes/Ufes	1AAAZD	07/12/2020	894.702,50	06/04/2021	03/10/2021
155012	HUCAN-UFES	153047	Hospital Universitário C. Antonio Moraes/Ufes	1AADFH	30/09/2021	11.967,60	28/01/2022	27/07/2022
155012	HUCAN-UFES	153047	Hospital Universitário C. Antonio Moraes/Ufes	698864	11/06/2020	218.740,00	09/10/2020	07/04/2021
155909	CH - UFPA (HUBFS/HUJB B)	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nac. de Saúde	1AADLK	16/12/2025	3.000.000,00	15/04/2026	12/10/2026
155007	HU BRASIL SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	973806	31/12/2025	486.766,46	30/04/2026	27/10/2026
155007	HU BRASIL SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	990256	30/11/2028	4.600.000,00	30/03/2029	29/05/2029
155007	HU BRASIL SEDE	253003	ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar	991331	20/12/2027	180.000,00	18/04/2028	17/06/2028
Total						225.958.064,73		

Em relação aos TED com vigência final expirada, informa-se que está em curso ações para que seja providenciado as prestações de contas e regularizações e as conclusões dos instrumentos.

Obrigações com Entidades Municipais – Registra os valores exigíveis a curto prazo, decorrentes de obrigações junto a entidades municipais, não abarcados por contas específicas.

Outros Consignatários – Consignações retidas pela entidade, sujeitas a recolhimentos ou pagamentos aos favorecidos.

Adiantamentos Diversos Recebidos – Registra os valores exigíveis decorrentes de obrigações com terceiros, para os quais não haja contas específicas neste plano. No caso concreto, registra os valores dos estoques de medicamentos assistenciais e judicializados, oriundos de programas estratégicos do SUS e de ações judiciais, não adquiridos pelos Hospitais ou pela HU BRASIL, que ficam sob sua guarda até a dispensação ou aplicação aos pacientes. Esses medicamentos eram anteriormente reconhecidos como doação, mas a partir de 2023, por instrução da CGU, passaram a ser reconhecidos como Estoques e, em contrapartida, registrou-se o passivo.

Ordens Bancárias Canceladas - São valores de ordens bancárias canceladas pelo ordenador de despesa após remessa de relação ao banco, ou por este na falta de autorização de pagamento pelo ordenador. O valor fica no passivo para que seja regularizado pois a obrigação com o credor ainda persiste.

Indenizações, Restituições e Compensações – Registra o valor das despesas decorrentes de indenizações, restituições e compensações.

15. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO A PAGAR

Contratos de Arrendamento	31.03.2026	31.12.2025
Circulante - Curto Prazo	34.118.750,62	29.034.585,64
Não Circulante - Longo Prazo	16.262.781,41	15.330.514,29
TOTAL	50.381.532,03	44.365.099,93

Compreendem as obrigações referentes a arrendamentos, nos quais são transferidos ao arrendatário (HU BRASIL) os benefícios inerentes à propriedade do ativo. Compreende a contrapartida do Direito de Uso de Bens Imóveis registrado no intangível.

No arrendamento de curto prazo, a rubrica se refere a obrigações a pagar sobre contratos de locação e aluguel de bens móveis e imóveis, classificados como contratos de arrendamentos no ativo, com base na vigência contratual, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

No arrendamento de longo prazo, o saldo é atualizado conforme relatório de execução de contratos de arrendamento de longo prazo, também conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Para mais detalhamento sobre a variação no exercício, consulte a [Nota Explicativa 11](#) – Intangível.

16. RECEITA DIFERIDA – SUBVENÇÕES

Subvenções a Realizar	31.03.2026	31.12.2025
VPA Diferida	1.431.809.472,91	1.138.849.906,53

Representa o diferimento de financeiro recebido e disponível para aplicação nos Hospitais Universitários sob gestão da HU BRASIL, que aguardam a efetiva execução orçamentária e financeira ao longo do exercício de 2026.

O registro das subvenções a aplicar busca alcançar um equilíbrio entre os recursos recebidos ou a receber que geraram receita no momento do reconhecimento e serão, obrigatoriamente, aplicados no custeio das atividades dos hospitais da HU BRASIL e da SEDE, gerando despesas quando de sua aplicação. A base de cálculo para registro e atualização é fornecida pelos Serviços de Gestão Orçamentária e Financeira, de Execução Orçamentária e Financeira e de Planejamento Orçamentário, subordinados à Diretoria de Orçamento e Finanças.

A Subvenção de Custeio SUS a Realizar tem como alicerce o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais e a Nota Técnica SEI nº 21/2019/SC/CCF/DOF-HU BRASIL, Processo nº 23477.005266/2019-66 (documento SEI nº 1678224).

17. PROVISÕES PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

Composição Total

Passivos Contingentes	31.03.2026	31.12.2025
Provisão para Indenização Trabalhista	1.386.195.408,35	1.252.462.250,41
Provisão para Indenização Cível	217.713.302,23	218.044.995,53
TOTAL	1.603.908.710,58	1.470.507.245,94

Passivos Contingentes	31.03.2025	31.12.2024
Provisão para Indenização Trabalhista	837.721.580,70	728.031.008,43
Provisão para Indenização Cível	214.802.593,32	231.624.387,68
TOTAL	1.052.524.174,02	959.655.396,11

Composição Detalhada das Contingências Prováveis

Passivos Contingentes Prováveis	31.03.2026	31.12.2025
Provisão para Indenização Trabalhista	399.967.033,40	380.473.642,53
Provisão para Indenização Cível	8.785.355,33	8.066.336,03
TOTAL	408.752.388,73	388.539.978,56

Passivos Contingentes Prováveis	31.03.2025	31.12.2024
Provisão para Indenização Trabalhista	436.424.135,40	404.543.400,47
Provisão para Indenização Cível	19.835.054,16	23.870.481,77
TOTAL	456.259.189,56	428.413.882,24

Composição Detalhada Contingências Possíveis

Passivos Contingentes Possíveis	31.03.2026	31.12.2025
Provisão para Indenização Trabalhista	954.056.832,82	821.824.957,45
Provisão para Indenização Cível	101.125.766,97	126.552.983,47
TOTAL	1.055.182.599,79	948.377.940,92

Passivos Contingentes Possíveis	31.03.2025	31.12.2024
Provisão para Indenização Trabalhista	373.892.101,16	307.477.394,65
Provisão para Indenização Cível	68.299.949,30	85.255.473,86
TOTAL	442.192.050,46	392.732.868,51

Composição Detalhada Remotas

Passivos Contingentes Remotos	31.03.2026	31.12.2025
Provisão para Indenização Trabalhista	32.171.542,13	50.163.650,43
Provisão para Indenização Cível	107.802.179,93	106.499.265,18
TOTAL	139.973.722,06	156.662.915,61

Passivos Contingentes Remotos	31.03.2025	31.12.2024
Provisão para Indenização Trabalhista	27.405.344,14	16.010.213,31
Provisão para Indenização Cível	126.667.589,86	122.498.432,05
TOTAL	154.072.934,00	138.508.645,36

Provisões para Causas Judiciais

A Consultoria Jurídica da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – HU Brasil, no exercício de suas atribuições institucionais, promoveu, com a publicação da Norma Operacional – SEI nº 1/2023/CONJUR/PRES-HU BRASIL, relevante alteração metodológica no processo de classificação, quantificação e atualização dos valores de provisionamento dos passivos contingentes dos processos judiciais e extrajudiciais envolvendo a empresa.

A nova norma operacional revogou integralmente a Ordem de Serviço – SEI nº 6/2021/CONJUR/PRES e estabeleceu critérios mais precisos e uniformes para a avaliação da expectativa de condenação e para a estimativa dos valores a serem provisionados, promovendo, assim, maior aderência às boas práticas jurídicas e contábeis aplicáveis à gestão pública.

Enquanto a metodologia anterior, prevista na Ordem de Serviço nº 6/2021, já se baseava no Pronunciamento Técnico CPC 25 e exigia a classificação dos processos como “provável”, “possível” ou “remoto”, bem como a estimativa de valores com base na expectativa de condenação, a Norma Operacional nº 1/2023 aperfeiçoou esse modelo ao detalhar hipóteses objetivas para cada classificação, prever a inclusão de depósitos judiciais e honorários sucumbenciais na quantificação, uniformizar valores por pedido, objeto e tribunal, além de exigir a revisão do provisionamento sempre que houver eventos processuais relevantes.

Além disso, a Consultoria Jurídica tem como boa prática que as novas ações judiciais sejam provisionadas pela equipe do Núcleo de Triagem Jurídica (NUTJUR), preliminarmente, já na fase de cadastramento no sistema jurídico da empresa, com posterior revisão pelo advogado a quem o processo for atribuído. Com isso, busca-se aprimorar a padronização entre unidades e a confiabilidade dos dados fornecidos à área contábil.

É importante destacar que o provisionamento é uma atividade contínua e dinâmica, que exige constante aperfeiçoamento, tendo em vista especialmente os principais eventos registrados em cada processo. A Consultoria Jurídica mantém rotinas internas de atualização, com vistas à observância dos marcos normativos vigentes, o que pode ter reflexo nas contas de adição, reversão e baixa de provisões, em razão da alteração dos riscos e valores envolvidos, bem como do pagamento de despesas e condenações judiciais, nos termos da nova metodologia adotada.

Nas seções seguintes, apresentamos as ações agrupadas em demandas cíveis e trabalhistas, considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

Ações Trabalhistas

A HU Brasil figura como parte passiva em reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados e ex-empregados, próprios ou vinculados a empresas prestadoras de serviços, bem como por sindicatos representativos das categorias profissionais. As demandas estão relacionadas, em sua maioria, a aspectos da relação laboral, tais como jornada de trabalho, horas extras, adicional noturno, adicional de insalubridade, cumprimento de acordos e convenções coletivas, indenizações, benefícios, responsabilidade subsidiária, acidente de trabalho, entre outros temas recorrentes no âmbito da Justiça do Trabalho.

Em 31/12/2025, a carteira de processos trabalhistas provisionados totalizava 8.065 ações. Já em 31/03/2026, esse número foi elevado para 10.312 processos.

Ações Cíveis

A HU Brasil também compõe o polo passivo em ações cíveis que envolvem uma ampla gama de temas relacionados à sua atuação institucional. Dentre os principais objetos dessas demandas, destacam-se: aplicação de sanções administrativas; questões relativas a concursos públicos, como pontuação de provas e títulos, nomeação, reclassificação e acúmulo de vínculos; alegações de erro médico e responsabilidade civil por procedimentos e serviços assistenciais; fornecimento de medicamentos; pedidos de indenização por danos materiais e morais; controvérsias envolvendo o teto remuneratório; discussões sobre a natureza jurídica e os efeitos do contrato de gestão firmado com a universidade; programas de residência médica; processos licitatórios e contratos administrativos; desvio de função e outras matérias conexas à gestão hospitalar pública.

Em 31/12/2025, havia 3.090 processos cíveis com valores provisionados. Esse número evoluiu para 3.208 processos até 31/03/2026.

Movimentação das Provisões e Passivos Contingentes para Causas Judiciais:

Natureza	31.03.2026	Adições	Reversão	Baixas	31.12.2025
Trabalhistas	1.386.195.408,35	291.778.296,46	(152.744.208,38)	(5.300.930,14)	1.252.462.250,41
Cíveis	217.713.302,23	9.062.843,81	(9.382.203,11)	(12.334,00)	218.044.995,53
Total	1.603.908.710,58	300.841.140,27	(162.126.411,49)	(5.313.264,14)	1.470.507.245,94

Natureza	31.03.2025	Adições	Reversão	Baixas	31.12.2024
Trabalhistas	837.721.580,70	281.104.443,63	(167.103.010,64)	(4.310.860,72)	728.031.008,43
Cíveis	214.802.593,32	25.181.857,70	(41.981.117,37)	(22.534,69)	231.624.387,68
TOTAL	1.052.524.174,02	306.286.301,33	(209.084.128,01)	(4.333.395,41)	959.655.396,11

Para fins de registro, “adições” são consideradas tanto o ingresso de novas ações judiciais como a atualização positiva do provisionamento dos processos judiciais já existentes.

As “reversões” correspondem às atualizações negativas dos valores provisionados, seja por causa da reanálise feita em relação à expectativa de condenação dos processos, seja pela conclusão com desfecho da tese defendida de modo positivo para empresa, ou encerramento dos autos.

Por fim, como “baixa” foram considerados os valores referentes a pagamentos efetuados, considerando Honorário Sucumbencial, Depósito Judicial, Honorário Pericial e Decisão Judicial, contra a provisão durante o período.

Os valores apresentados são extraídos de dados e relatórios a partir do Software Jurídico contratado pela HU Brasil, sendo que a Consultoria Jurídica vem realizando esforços para atualização contínua da sua base de dados.

Apresenta-se, a seguir, a relação dos processos que registraram os maiores montantes de atualização no provisionamento, para fins de transparência e acompanhamento gerencial:

A) Processos Novos

Números Processo	Tipo de Ação	Valor	Justificativa
0010498-13.2025.4.05.8308	CÍVEL	R\$ 1.045.800,00	Os valores indicados a título de provisionamento foram estimados com base na natureza dos pedidos formulados na demanda e na extensão dos danos alegados, o montante provisionado reflete os critérios regularmente adotados em demandas dessa natureza.
0001876-69.2025.5.09.0088	TRABALHISTA	R\$ 1.040.000,00	Trata-se de reclamação trabalhista plúrima ajuizada em 03/02/2026, com provisionamento cuja estimativa leva em conta o número de profissionais envolvidos e os cargos ocupados.

B) Processos Reavaliados

Números Processo	Tipo de Ação	Valor Anterior	Valor Revisado	Diferença	Justificativa
1043769-33.2020.4.01.3700	CÍVEL	R\$ 2.241.412,82	2143960,09	(97.452,73)	Considerando a instrução probatória e o andamento regular do processo, houve redução da estimativa de condenação em verba honorária, reduzindo o provisionamento.
1007555-41.2018.4.01.3400	CÍVEL	R\$ 1.300.500,00	R\$ 693.600,00	(606.900,00)	O resultado positivo no avanço de fase processual culminou na redução da estimativa do resultado final, permitindo a redução no provisionamento do feito.
5017212-93.2021.4.04.7200	CÍVEL	R\$ 5.251.182,95	4931545,72	(319.637,23)	Diante dos resultados da instrução probatória e o andamento regular do processo, houve redução no provisionamento do feito.
0000185-64.2018.5.05.0027	TRABALHISTA	R\$ 6.169.064,52	R\$ 12.700.000,00	6.530.935,48	Trata-se de ação coletiva pleiteando a majoração do adicional de insalubridade que tramita perante o TST, cujo provisionamento foi adequado para refletir mais fielmente a expectativa financeira usual para ações desta natureza.
0000314-42.2019.5.21.0010	TRABALHISTA	R\$ 40.000,00	29200000	29.160.000,00	Trata-se de ação coletiva pleiteando as horas extras em virtude da descaracterização da jornada 12X36, cujo valor inicialmente provisionado pelo valor da causa foi retificado para refletir o risco efetivo, especialmente considerando o estágio atual do processo, em curso perante o TST.
0000440-25.2017.5.13.0030	TRABALHISTA	R\$ 7.391.012,00	R\$ 56.500.000,00	49.108.988,00	Trata-se de ação coletiva pleiteando a majoração do adicional de insalubridade, cujo valor inicialmente provisionado pelo valor da causa foi retificado para refletir o risco efetivo, especialmente considerando o estágio atual do processo, em curso perante o TST.
0000595-51.2019.5.13.0032	TRABALHISTA	R\$ 32.500.000,00	5200000	(27.300.000,00)	Trata-se de ação coletiva pleiteando as horas extras de intervalo médico, cujo valor foi revisado para que se adequasse a a patamares mais condizentes com a realidade econômica da demanda, inclusive porque o processo tramita no TST.
0000689-46.2019.5.21.0009	TRABALHISTA	R\$ 1.244.000,00	R\$ 0,00	(1.244.000,00)	Trata-se de ação coletiva pleiteando o restabelecimento do pagamento do auxílio alimentação que, diante de decisões favoráveis à HU Brasil em primeira e segunda instâncias, bem como no TST, provocou a redução do provisionamento a zero.
0000721-89.2021.5.21.0006	TRABALHISTA	R\$ 50.000,00	4540000	4.490.000,00	Trata-se de ação coletiva pleiteando o ressarcimento de descontos indevidos, cujo valor foi revisado para que se adequasse aos níveis econômicos efetivos da demanda, inclusive porque o processo tramita no TST.

Números Processo	Tipo de Ação	Valor Anterior	Valor Revisado	Diferença	Justificativa
0000704-39.2022.5.17.0003	TRABALHISTA	R\$ 2.250.000,00	R\$ 981.986,30	(1.268.013,70)	Trata-se de reclamação trabalhista plúrima para a majoração do adicional de insalubridade, cujo valor de provisionamento originalmente estabelecido no valor da causa foi ajustado para seguir parâmetros de expectativa financeira adequados a ações desta natureza, considerando que o processo tramita atualmente tramita no TST.
0010346-74.2020.5.03.0042	TRABALHISTA	R\$ 55.000,00	19540000	19.485.000,00	Trata-se de ação coletiva pleiteando a majoração do adicional de insalubridade no período da COVID 19, cujo valor de provisionamento originalmente estabelecido no valor da causa foi ajustado para seguir parâmetros de expectativa financeira adequados a ações desta natureza, considerando que o processo tramita atualmente tramita no TST.
0010444-81.2022.5.03.0109	TRABALHISTA	R\$ 1.314.787,25	R\$ 1.263.667,08	(51.120,17)	Trata-se de reclamação trabalhista individual movida para majoração do adicional de insalubridade, sendo que o valor da causa que balizava o valor do provisionamento foi readequado conforme os parâmetros da lide.
0010421-79.2017.5.03.0152	TRABALHISTA	R\$ 1.000,00	1062000	1.061.000,00	Trata-se de ação coletiva pleiteando o restabelecimento do auxílio transporte, no qual o provisionamento inicial estabelecido em termos do valor da causa foi retificado para refletir a realidade do provisionamento na fase de cumprimento de sentença.
0000183-76.2023.5.20.0003	TRABALHISTA	R\$ 2.157.358,24	R\$ 654.451,11	(1.502.907,13)	Trata-se de reclamação trabalhista plúrima movida com objetivo de majoração do adicional de insalubridade, cujo provisionamento inicial baseado no valor da causa foi retificado para demonstrar a expectativa financeira envolvida, conforme critérios adequados a ações desta natureza, estando em fase de cumprimento de sentença.
0000880-13.2023.5.23.0004	TRABALHISTA	R\$ 85.500.000,00	13680000	(71.820.000,00)	Trata-se de ação coletiva pleiteando as horas extras de intervalo médico, na qual o provisionamento inicial foi revisado por com o objetivo de refletir a realidade econômica da demanda, considerando que o processo tramita no TST.
0024610-95.2024.5.24.0002	TRABALHISTA	R\$ 20.345.000,00	R\$ 0,00	(20.345.000,00)	Trata-se reclamação trabalhista que tem por objeto a majoração do adicional de insalubridade no período da COVID 19, cujo valor provisionado inicialmente foi totalmente zerado em razão das decisões favoráveis à HU Brasil.
0016985-26.2024.5.16.0004	TRABALHISTA	R\$ 96.000,00	1008000	912.000,00	Trata-se de reclamação trabalhista plúrima que teve o provisionamento inicial retificado para aplicação de parâmetros de expectativa financeira adequados a ações desta natureza, considerando-se o trâmite no TST.
0001287-36.2024.5.09.0016	TRABALHISTA	R\$ 1.052.320,00	R\$ 851.686,30	(200.633,70)	Trata-se de reclamação trabalhista plúrima que passou a tramitar em segunda instância, cujos valores foram revistos de acordo com parâmetros como quantidade de reclamantes e cargos ocupados.

18. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está representado pelo valor inicialmente subscrito e integralizado por ocasião da constituição da HU BRASIL, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), mais integralizações de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), e capital exclusivo da União, conforme quadro abaixo:

Capital Social	DATA	31.12.2025	31.12.2025
Capital Social Inicial - Registro SIAFI - 2012RA000001	2012	5.000.000,00	5.000.000,00
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 7050134	2020	376.384.237,75	376.384.237,75
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 16872481	2021	181.119.026,97	181.119.026,97
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 23651206	2022	119.056.780,94	119.056.780,94
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 39383686	2024	207.452.855,39	207.452.855,39
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 42527735	2024	247.774.659,32	247.774.659,32
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 48742120	2025	179.961.999,00	-
TOTAL		1.316.749.559,37	1.136.787.560,37

O Capital Social da HU BRASIL no encerramento do exercício, registrado na Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF) e atualizado na Receita Federal do Brasil (RFB), é de R\$ 1.316.749.559,37 (um bilhão, trezentos e dezesseis milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e trinta e sete centavos).

19. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	31.03.2026	31.12.2025
Saldo Anterior AFAC	112.470.971,38	179.961.999,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	42.129.246,52	112.470.971,38
Integralização de AFAC ao Capital Social	-	(179.961.999,00)
TOTAL	154.600.217,90	112.470.971,38

Representa o aporte financeiro recebido para fins de investimento que aguarda processo de integralização ao Capital Social. Conforme orientação da Coordenação-Geral de Contabilidade da União (CCONT) e da Coordenação-Geral de Participações Societárias (COPAR) (macro função 021122), todos os aportes orçamentários e financeiros feitos pelo Governo Federal a partir de 2017 destinados a investimentos estão registrados na conta AFAC, no Patrimônio Líquido.

20. PREJUÍZOS ACUMULADOS

O resultado acumulado é composto pelo somatório das contas Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores, Ajustes de Exercícios Anteriores e Resultado do Exercício, demonstrado a seguir:

Prejuízos Acumulados	31.03.2026	31.12.2025
Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(1.449.091.084,87)	(1.217.900.853,91)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(72.064.602,16)
Resultado do Período	(14.536.079,23)	(159.125.628,80)
TOTAL	(1.463.627.164,10)	(1.449.091.084,87)

Ressalta-se que, pelo fato de a HU BRASIL ser uma empresa pública dependente do governo federal, conforme explicitado nas Notas Explicativas 1, não há objetivo de auferir lucros. Os constantes resultados negativos, são ocasionados pelos registros de despesas com base no fato gerador pelo regime de competência.

21. RECEITA BRUTA

No contexto específico da HU BRASIL, a Receita Bruta é originada a partir do recebimento de valores provenientes de Receitas de Serviços e Exploração Patrimonial, processados por meio de GRU, bem como da contabilização de valores a receber, os quais são registrados após a prestação de serviços de saúde no âmbito do SUS, juntamente com outros serviços.

Receita Bruta	31.03.2026	31.12.2025
Valor Bruto Exploração de Bens, Direitos e Serviço	67.187.783,17	97.953.760,82

22. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A HU BRASIL está em processo de análise para implantação de um sistema de gestão de custos, que permitirá informações gerenciais específicas sobre despesas diretamente relacionadas às receitas provenientes dos contratos celebrados com os gestores do SUS. Contudo, no momento da publicação das Demonstrações Contábeis, a Empresa ainda não dispõe de informações que segreguem os custos contábeis das despesas contabilizadas.

23. DESPESA COM PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS

A despesa com pessoal, encargos e benefícios é executada de forma centralizada na matriz, abrangendo a gestão de pessoas das 42 filiais e da sede administrativa. Esse grupo de despesas constitui a maior parte dos gastos da HU BRASIL, representando 72% do total das despesas da Empresa no 1º trimestre de 2026.

Houve uma elevação nas despesas com pessoal em relação ao exercício do anterior. Essa variação decorre, principalmente, do aumento no número de empregados durante o exercício, conforme detalhado na [Nota 1](#), e do reajuste salarial concedido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) vigente.

23.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL

Abaixo estão detalhados os valores referentes à remuneração de pessoal, com comparativo entre os trimestres:

Remuneração a Pessoal	31.03.2026	31.03.2025
Vencimentos E Salários	1.282.947.602,46	1.040.603.535,32
Adicionais	199.792.899,58	181.276.994,89
Gratificações	65.152.360,84	59.523.283,86
Férias	30.117.262,99	48.818.595,38
13. Salário - RGPS	146.039.429,74	149.406.603,22
Sentenças Judiciais - Ativo Civil	11.308.692,16	8.578.051,11
Abonos	-	1.937,82
TOTAL	1.735.358.247,77	1.488.209.001,60

*Adicionais: Adicional Noturno, Insalubridade e Periculosidade

A variação total de 18% na remuneração a pessoal entre o 1º trimestre de 2025 e 2026 reflete o aumento no quadro de empregados, a concessão de reajustes salariais conforme o Acordo Coletivo de Trabalho vigente e o impacto das atualizações nos adicionais e gratificações previstas legalmente.

O Acordo Coletivo de Trabalho 204/2026 está disponível em: <https://sindsepmg.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Acordo-Coletivo-de-Trabalho-HU-Brasil-2024-2026.pdf>

23.2 ENCARGOS PATRONAIS

A seguir estão os valores relacionados aos encargos patronais da HU BRASIL, com comparativo entre os trimestres:

Encargos Patronais	31.03.2026	31.03.2025
Contribuições Previdenciárias	481.301.920,42	408.524.604,19
FGTS	139.191.476,50	131.482.043,49
Encargos Pessoal Requisitado de Ou	155.001,00	208.852,80
TOTAL	620.648.397,92	540.215.500,48

A elevação de 15% nos encargos patronais reflete o aumento do quadro de empregados. Além disso, observa-se a inclusão de encargos relacionados a pessoal requisitado de outros órgãos no período.

23.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL

De acordo com a Lei nº 13.303/2016 (que trata sobre o estatuto jurídico das empresas públicas) e com base no art. 22 do Regulamento de Pessoal da HU BRASIL, considera-se "benefício" qualquer vantagem, in natura ou pecuniária, concedida ao empregado conforme os critérios estabelecidos no Plano de Benefícios aprovado pela Empresa e no Acordo Coletivo de Trabalho.

Os benefícios espontâneos concedidos pela HU BRASIL são detalhados a seguir, com os valores comparativos entre os trimestres:

Benefícios a Pessoal	31.03.2026	31.03.2025
Auxílio Alimentação	152.304.271,72	122.140.788,00
Auxílio Transporte	3.608.507,64	3.494.807,27
Ajuda de Custo	37.680,85	22.367,25
Assistência à Saúde	23.308.784,12	20.275.853,57
Auxílio Creche	21.945.773,71	20.334.702,84
Auxílio Deficiente - Acordo Coletivo	2.056.065,07	1.563.881,94
Auxílio Moradia	66.383,73	69.246,53
TOTAL	203.327.466,84	167.901.647,40

A variação de 21% nos benefícios a pessoal pode ser atribuída ao aumento do número de empregados e principalmente à atualização dos valores do auxílio alimentação, auxílio creche na data base de 01 de março de 2024 e 01 de março de 2025, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho 204/2026, disponível em: <https://sindsepmg.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Acordo-Coletivo-de-Trabalho-HU-Brasil-2024-2026.pdf>

23.4 OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

As demais despesas com pessoal e encargos são detalhadas a seguir, com os valores comparativos entre os trimestres:

Outras Despesas com Pessoal e Encargos	31.03.2026	31.03.2025
Indenizações e Restituições Trabalhista	10.793.812,36	7.636.442,26
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	761.493,76	237.838,99
TOTAL	11.555.306,12	7.874.281,25

Indenizações e Restituições Trabalhistas – Evidencia o pagamento de verbas indenizatórias e de rescisão contratual.

Pessoal Requisitado de Outros Órgãos – Registra a despesa com reembolso de pessoal cedido por outros órgãos ou entes à HU BRASIL.

24. USO DE MATERIAL DE CONSUMO

Uso de Material de Consumo	31.03.2026	31.03.2025
Consumo de Materiais Estocados	122.143.527,10	105.661.111,92
Consumo de Softwares de Base	25.109,22	132.061,96
Consumo de Combustíveis e Lubrificantes	186.396,52	268.382,42
Consumo de Gêneros de Alimentação	6.167.126,62	5.729.728,69
Consumo de Material De Processamento de Dados	1.079.400,53	808.834,78
Consumo de Material Farmacológico	82.738.928,91	75.597.755,96
Consumo de Material Hospitalar	122.213.450,93	100.476.822,84
Material de Consumo Imediato	6.993.072,11	6.946.901,65
Consumo de Material de Uso Duradouro	2.463.640,32	1.789.154,17
Consumo de Outros Materiais	832.940,55	2.329.021,77
Perdas Involuntárias com Estoques	6.711.103,36	3.800.588,99
TOTAL	351.554.696,17	303.540.365,15

Consumo de Materiais Estocados, Consumo de Material Farmacológico, Consumo de Material Hospitalar – São os tipos materiais de consumo com maior impacto nas despesas com insumos, visto que são matérias-primas essenciais para a prestação do serviço hospitalar. A conta de Consumo de Materiais Estocados representa os estoques classificados sem o detalhamento por natureza de despesa e contém todos os tipos de despesas de bens de material de consumo do grupo.

Perdas Involuntárias com Estoques – Registra o desfazimento físico involuntário de bens de estoque com perda por validade, por quebra, e outros motivos que impossibilita a utilização do material. Contabiliza-se também como perda involuntária os ajuste de estoque para efetivação de baixa de saldos contábeis com base em processos de não evidenciação do material em estoque.

25. SERVIÇOS TOMADOS

Compreendem as despesas provenientes da prestação de serviços fornecidos a entidade, como demonstrado a seguir:

Serviços Tomados	31.03.2026	31.03.2025
Diárias, Serviço de Transporte, Passagem e Hospedagem	5.161.624,73	2.322.454,51
Serviços Técnicos, de Apoio Administrativo e Operacional	459.747.418,25	392.602.242,45
Serviços Educacionais e Culturais	1.062.138,71	860.350,92
Sentenças Judiciais - Serviços de Terceiros	1.582.703,78	2.738.506,94
Serviços de Comunicação, gráfico e Audiovisual	1.064.211,57	1.151.528,66
Serviço de Água, Esgoto, Energia Elétrica e Gás	41.188.829,04	50.959.520,74
Fornecimento de Alimentação	33.102.262,06	28.660.119,40
Locação e Arrendamento Mercantil	5.601.290,67	9.908.373,60
Contrato de Terc. por Subst. de M.	2.985.841,04	3.390.311,80
Serviços Assistenciais - Pj - Intr	1.055.837,50	-
TOTAL	552.552.157,35	492.593.409,02

Diárias, Serviço de Transporte, Passagem e Hospedagem – Registra a despesa com a utilização de diárias pagas aos servidores, empregados públicos e colaboradores eventuais, despesas com passagem aéreas e terrestres, hospedagem, alimentação e locomoção urbana.

Serviços Técnicos, de Apoio Administrativo e Operacional – Representa o custeio com a contratação de serviços de terceiros com a finalidade de manutenção da capacidade operacional da HU BRASIL.

Serviços Educacionais e Culturais – Registra as despesas provenientes da utilização de serviços de conferências, exposições, espetáculos e estágios, incluindo ressarcimento de percentual de mensalidade de cursos de graduação, pós-graduação e língua estrangeira. Registra, também, o auxílio transporte concedido aos estagiários e as despesas com concurso público para recrutar empregados.

Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros – Valores pagos a título de custas processuais.

Serviços de Comunicação, Gráficos e Audiovisuais – Em sua grande parte, despesa com publicação de matéria em Diário Oficial, além de gastos com telefonia.

Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica e Gás – Representa as despesas com os concessionários de serviços de fornecimento de água, tratamento de esgoto, energia elétrica e gás.

Fornecimento de Alimentação – Representa a despesa com a contratação de serviço de fornecimento de alimentação nas unidades que não têm ou não utilizam refeitório próprio.

Locação e Arrendamentos – Registra o impacto da despesa com contratos classificados como aluguel, locação e arrendamento conjugados com serviços. São despesas de locação de bens móveis, tais como equipamentos, máquinas e aparelhos, e bens imóveis no âmbito da HU BRASIL, na maior parte dos contratos existe prestação de serviços.

26. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E IMPAIRMENT

Depreciação, Amortização e Impairment	31.03.2026	31.03.2025
Depreciação de Bens Móveis	29.552.047,20	24.691.246,71
Amortização de Intangível	15.530.598,53	6.449.878,71
Amortização de Imobilizado	3.613.529,83	2.165.082,98
Redução a valor recuperável	0,01	-
TOTAL	48.696.175,57	33.306.208,40

A depreciação e a amortização representam a perda de valor de um imobilizado ou intangível decorrente de seu uso, do desgaste natural ou de sua obsolescência. A variação positiva da depreciação decorre do aumento do patrimônio e, consequentemente, do aumento linear do ativo imobilizado e intangível. Vide a [Nota Explicativa 10.3](#) que trata sobre a depreciação e redução ao valor recuperável do imobilizado e a [Nota Explicativa 11](#) para a amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

A variação no total de depreciação, amortização e *impairment* reflete principalmente o aumento na depreciação de bens móveis, que pode ser atribuído ao crescimento do patrimônio imobilizado. As despesas com amortização de intangível e amortização de imobilizado também aumentaram devido a novos investimentos nos respectivos ativos.

27. PERDAS INVOLUNTÁRIAS E DESFAZIMENTOS

Perdas Involuntárias e Desfazimentos	31.03.2026	31.03.2025
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	3.073.392,32	576.620,16
TOTAL	3.073.392,32	576.620,16

Registram as perdas com o desfazimento físico involuntário de bens móveis, bens não localizados, bens reclassificados para bens não ativáveis por critério técnico, devolução de bens em comodato registrado no SIADS, baixa de bens com defeitos, substituídos durante a cobertura da garantia, e outras baixas para fins de regularização patrimonial.

28. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

Provisões de Riscos Fiscais	31.03.2026	31.03.2025
VPD de Prov. P/ Riscos Trabalhista	21.719.776,84	31.956.057,40
VPD de Prov. P/ Riscos Cíveis	762.958,80	-
TOTAL	22.482.735,64	31.956.057,40

As despesas com provisões de riscos trabalhistas e cíveis têm origem no reconhecimento de passivos judiciais classificados como prováveis. Os detalhes referentes aos critérios de reconhecimento, mensuração e controle das provisões de riscos estão descritos na [Nota Explicativa 18](#).

29. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Despesas Tributárias	31.03.2026	31.03.2025
Contribuição p/ Serviço Iluminação	175.832,60	171.764,42
Imposto s/ Propriedade Predial e Ter. Urbano	360.503,47	173.005,41
Imposto sobre Propriedade de Veículo	3.155,63	3.894,96
Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza	-	31,74
Taxas	527.851,89	426.547,21
Outras Contribuições/Impostos	130,64	-
TOTAL	1.067.474,23	775.243,74

Contribuição Para Serviço de Iluminação Pública – Apropriação de despesa de contribuição de iluminação pública.

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) – Apropriação da despesa de IPTU em imóveis ocupados ou locados pela HU BRASIL.

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) – Apropriação de despesa com IPVA.

Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – Pagamento de tributo sobre remessa de recurso ao exterior.

Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza – Apropriação de despesa com ISS.

Imposto S/ Importação – Apropriação com despesa imposto de importação

Taxas – Despesa com taxa de limpeza pública, fiscalização e funcionamento, alvarás de funcionamento, fiscalização sanitária, análise de projetos e outras taxas.

Outras Contribuições – Apropriação de despesa com taxas junto a Conselho de Classe e taxa de fiscalização e licenciamento de funcionamento da unidade.

30. OUTRAS DESPESAS

Outras Despesas Operacionais	31.03.2026	31.03.2025
Indenizações	74.363,35	34.217,48
Restituições	29.456,61	4.898,54
Transferências ao Exterior - Contr	71.638,72	68.678,53
Contribuições	413,23	-
Ajuste para Perdas e Demais Credi	355.649,04	-
TOTAL	531.520,95	107.794,55

Indenizações – Representam reembolsos a empregados por pagamentos de despesas da HU BRASIL, ressarcimentos de transporte mobiliário de empregados movimentados por interesse da Empresa e outros ressarcimentos.

Restituições – Compreendem pagamentos de reembolso de despesas e devolução de financeiro a parceiros para execução de termo de cooperação técnica.

Contribuições – Registra despesas com anuidades e retenções tributárias.

Transferências ao Exterior – corresponde a contraprestação de bens e serviços pagos a fornecedores e prestadores domiciliados no exterior.

31. RECEITAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	31.03.2026	31.03.2025
Outros Juros E Encargos De Mora	-	37.804,78
Multas Administrativas	1.097.890,95	1.489.976,37
Atualização Monetária Positiva/Dem.	4.800,50	-
TOTAL	1.102.691,45	1.527.781,15

A conta Receitas Financeiras é composta principalmente por multas administrativas, que representam a arrecadação de valores relativos à quebra de contrato por parte dos fornecedores de material ou serviço, que por descumprimento de cláusulas contratuais foram autuados e multados.

32. DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Financeiras	31.03.2026	31.03.2025
Multas	6.889.600,53	398.172,82
Juros	2.137,51	19.813,66
Encargo Financeiros	-	290,27
TOTAL	6.891.738,04	418.276,75

Multas e Juros – Representa os pagamentos de multas e juros relacionados aos atrasos no recolhimento de tributos retidos (INSS, IRRF, PIS, COFINS e CSLL) e multas administrativas originárias de autuação dos órgãos de fiscalização e controle. No período de 2026 a principal recorrência é de recolhimento referente à folha de pagamento de pessoal.

Encargos Financeiros – Referem-se a descontos financeiros concedidos em recebimentos de Guia de Recolhimento da União (GRU).

33. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

Receita de Subvenções	31.03.2026	31.03.2025
Subvenção do Tesouro Nacional	2.544.392.361,45	2.411.968.543,56
Subvenção de Custeio SUS	930.520.393,62	477.215.561,49
TOTAL	3.474.912.755,07	2.889.184.105,05

A HU BRASIL recebeu o montante de R\$ 3,4 bilhões a título de Subvenções, que representa 98% dos recursos totais recebidos.

As receitas advindas das Subvenções Governamentais, registradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, são oriundas da política pública do Ministério da Educação (MEC) e da União, além de outros entes governamentais, para manutenção e desenvolvimento dos Hospitais Universitários Federais sob gestão da HU BRASIL. As Subvenções têm como objetivo principal cobrir os gastos com despesa de pessoal, encargos patronais e benefícios pagos a empregados. As Subvenções SUS são recursos recebidos pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) para subvencionar os serviços prestados à sociedade no âmbito do SUS.

34. RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA

Não há apuração da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto Sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) em razão de não apresentar lucro tributável.

35. RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado evidencia o que é apurado pelo confronto entre receitas e despesas no exercício, refletido no Resultado do Exercício. O Resultado é o somatório das Receitas de Serviços e Exploração de Patrimônio, Aplicações Financeiras, Subvenções Oriundas do Orçamento Geral da União e Subvenções do FNS, deduzindo-se as Despesas Operacionais, tais como Pessoal, Diárias, Assessoria, Aluguéis, Serviços de Terceiros, Despesas Patrimoniais, Provisões de Pessoal, Passivos etc.

36. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em atendimento aos normativos legais, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da HU BRASIL, que são conceituadas conforme o item 9 do Pronunciamento Técnico CPC 5 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas:

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis (neste Pronunciamento Técnico, tratada como “entidade que reporta a informação”).

(a) Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, está relacionada com a entidade que reporta a informação se:

- (i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;
- (ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou
- (iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação. [...]

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

36.1 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o item 26 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis 05 (R1), apresenta-se um detalhamento contendo os valores de recursos recebidos de Ministérios, partes relacionadas da HU BRASIL executados pela Gestão HU BRASIL, com finalidades de manutenção dos serviços hospitalares (despesa com pessoal, material de consumo e serviços) e investimento na capacidade operacional (aquisição de equipamentos e investimento em imóveis hospitalares).

Parte Relacionada	31.03.2026	31.03.2025	Relacionamento
ME/HU Brasil	2.453.542.679,05	2.052.318.877,41	Influência Significativa na EBSERH
MEC	1.048.817.767,85	1.013.297.135,89	
MS	457.125.920,22	385.261.890,93	
Somatório	3.959.486.367,12	3.450.877.904,23	

Fonte: SIAFI-Despesa liquidada

Esses números desempenham um papel crucial na orientação das políticas financeiras e operacionais da entidade, uma vez que influenciam a seleção de membros para compor o conselho de administração da organização.

A HU BRASIL realiza contratos de gestão com as Universidades Federais, tais quais os apresentados no quadro a seguir. A finalidade é a administração dos Hospitais Universitários, compreendendo a oferta, à população, de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como o apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, na forma e condições definidas em contrato e na Lei nº 12.550/2011, vedado o atendimento de pacientes de convênios e particulares.

Região	HUF	SIGLA	UG
Centro-Oeste	Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Goiás	HC-UFG	155904
	Hospital Universitário de Brasília, da Universidade de Brasília	HUB-UnB	155009
	Hospital Universitário Júlio Muller, da Universidade Federal do Mato Grosso	HUJM-UFMT	155019
	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	HUMAP-UFMS	155124
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de Grande Dourados	HU-UFGD	155016
	Hospital Universitário da Universidade Federal de Catalão	UFCAT	157602
Nordeste	Complexo Hospitalar, constituído pelo Hospital Universitário Walter Cândido (UHUWC) e pela Maternidade Escola Assis Chateaubriand (Meac), da Universidade Federal do Ceará	CH-UFC	155020
	Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Pernambuco	HC-UFPE	155022
	Hospital Universitário Ana Bezerra, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	HUAB-UFRN	155014
	Hospital Universitário Alcides Carneiro, da Universidade Federal de Campina Grande	HUAC-UFCG	155914
	Hospital Universitário Júlio Bandeira, da Universidade Federal de Campina Grande	HUJB-UFCG	155912
	Hospital Universitário de Lagarto, da Universidade Federal de Sergipe	HUL-UFS	155910
	Hospital Universitário Lauro Wanderley, da Universidade Federal da Paraíba	HULW-UFPB	155023
	Hospital Universitário Onofre Lopes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	HUOL-UFRN	155013
	Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, da Universidade Federal de Alagoas	HUPAA-UFAL	155126
	Hospital Universitário Professor Edgard Santos, da Universidade Federal da Bahia	HUPES-UFBA	155907
	Hospital Universitário, da Universidade Federal do Maranhão	HU-UFMA	155010
	Hospital Universitário do Piauí, da Universidade Federal do Piauí	HU-UFPI	155008
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de Sergipe	HU-UFS	155017
	Hospital de Ensino Doutor Washington Antônio de Barros, da Universidade Federal do Vale do São Francisco	HU-UNIVASF	155180
	Maternidade Clímério de Oliveira, da Universidade Federal da Bahia	MCO-UFBA	155906
	Maternidade Escola Januário Cicco, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	MEJC-UFRN	155015
	Complexo Hospitalar Universitário, constituído pelo Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB) e pelo Hospital Universitário Bettina Ferro de Sousa (HUBFS), da Universidade Federal do Pará	CHU-UFPA	155909
Norte	Hospital de Doenças Tropicais, da Universidade Federal do Tocantins	HDT-UFT	155905
	Hospital Universitário, da Universidade Federal do Amapá	HU- UNIFAP	156956
	Hospital Universitário Getúlio Vargas, da Universidade Federal do Amazonas	HUGV-UFAM	155018
	Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima	HU-UFRR	157249
	Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Minas Gerais	HC-UFMG	155021
	Hospital de Clínicas, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro	HC-UFTM	155011
	Hospital de Clínicas de Uberlândia, da Universidade Federal de Uberlândia	HC-UFU	156654
	Hospital Universitário da Universidade Federal São João Del-Rei	HU-UFESJ	157601
Sudeste	Hospital Universitário Antônio Pedro, da Universidade Federal Fluminense	HUAP-UFF	155915
	Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes, da Universidade Federal do Espírito Santo	HUCAM-UFES	155012
	Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	HUGG-UNIRIO	155911
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de Juiz de Fora	HU-UFJF	155903
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de São Carlos	HU-UFSCar	155900
	Complexo Hospitalar, constituído pelo Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), pelo Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) e pela Maternidade Escola (ME), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	CH - UFRJ	157243
	Complexo do Hospital de Clínicas, constituído pelo Hospital de Clínicas (HC) e pela Maternidade Vítor Ferreira do Amaral (MVFA), da Universidade Federal do Paraná	CHC-UFPR	155902
	Hospital Escola, da Universidade Federal de Pelotas	HE-UFPEl	155901
Sul	Hospital Universitário Doutor Miguel Riet Corrêa Júnior, da Universidade Federal do Rio Grande	HU-FURG	155908
	Hospital Universitário de Santa Maria, da Universidade Federal de Santa Maria	HUSM-UFSM	155125
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de Santa Catarina	HU-UFSC	155913

36.2 PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da Administração, conforme a Política de Partes Relacionadas, inclui os membros do Conselho de Administração - CA, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria - COAUD, da Diretoria Executiva - DIREX e, ainda, Coordenadores e Chefes de Serviço na Sede, Superintendentes, Gerentes, Chefes de Divisão e Chefes de Setor nas filiais. As remunerações aprovadas para esses administradores e por serviços nas respectivas áreas de competência são evidenciadas abaixo:

Remuneração e Pagamentos a Pessoal-Chave	mar-26	mar-25
Benefícios de Curto Prazo	81.187.150,75	60.618.410,83
Honorários e Encargos Sociais	81.187.150,75	60.618.410,83
Conselho de Administração	70.282,14	64.164,40
Conselho Fiscal	30.268,62	28.873,98
Comitê de Auditoria	20.179,08	28.873,98
Diretoria Executiva	602.897,11	624.271,87
Coordenadores	1.592.357,85	1.553.995,64
Chefes de Serviço	4.027.422,25	3.314.493,40
Superintendentes	3.268.419,18	2.573.427,95
Gerentes	8.407.334,83	6.906.580,78
Chefes de Divisão	19.251.114,82	13.227.399,42
Chefes de Setor	39.083.542,06	28.386.945,98
Assessor	1.294.953,41	1.065.259,14
Auditor	2.202.005,58	1.841.598,24
Ouvidor	1.336.373,82	1.002.526,05
Remuneração Variável (Pecúnia) e Encargos Sociais	-	-
Outros		
Benefícios Motivados pelo Cessação do Exercício do Cargo		
Remuneração Baseada em Ações		

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/HU BRASIL

36.3 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União nº 30 (CGPAR/ME), datada de 4 de agosto de 2022, e pela Lei nº 13.303, promulgada em 30 de junho de 2016, apresentam-se a seguir informações relacionados as remunerações pagas aos funcionários e à Administração da HU BRASIL estão apresentadas a seguir:

Conselho fiscal	mar-26	mar-25
Maior	3.363,18	3.208,22
Menor	3.363,18	3.208,22
Média	3.363,18	3.208,22

Conselho Administração	mar-26	mar-25
Maior	3.363,18	3.208,22
Menor	3.363,18	3.208,22
Média	3.363,18	3.208,22

Diretores	mar-26	mar-25
Maior	32.764,92	31.255,28
Menor	30.799,00	29.379,95
Média	31.079,84	29.647,85

Empregados	mar-26	mar-25
Maior	22.547,48	22.547,48
Menor	2.877,11	2.877,11
Média	7.728,72	7.757,44

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/HU BRASIL

36.4 PLANOS DE BENEFÍCIOS PARA EMPREGADOS

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União nº 30 (CGPAR/ME), datada de 4 de agosto de 2022, e pela Lei nº 13.303, promulgada em 30 de junho de 2016, apresentam-se a seguir informações relacionados à administração de benefícios para empregados:

Empregados - Benefícios Oferecidos (Valor Médio Global)	mar-26	mar-25
Assistência médica e odontológica	338,29	326,07
Auxílios alimentação e refeição	1.000,00	1.000,00
Cesta básica		
Auxílio creche	606,54	496,23
Auxílio transporte	319,04	310,39
Previdência complementar		
Outros benefícios - auxílio deficiência	285,25	265,14

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/HU BRASIL

37. CONCILIAÇÃO SIAFI e DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

Em atenção ao Acórdão nº 2016, de 2006, do Tribunal de Contas da União (TCU), as estatais dependentes divulgam a conciliação entre as Demonstrações Contábeis Intermediárias apresentadas de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e aquelas promovidas conforme a Lei nº 4.320/1964, a saber:

Conciliação entre Lei nº 6.404/76 e Lei nº 4.320/64 extraída do SIAFI

Lei nº 6.404/76 - BP			Lei nº 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças Apuradas entre as Legislações	
ATIVO	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Circulante	2.579.045.277,47	2.297.407.557,28	2.579.045.277,47	2.299.952.782,87	-	(2.545.225,59)
Não Circulante	1.846.664.160,70	1.740.047.986,66	1.846.664.160,70	1.740.047.986,66	-	-
TOTAL DO ATIVO	4.425.709.438,17	4.037.455.543,94	4.425.709.438,17	4.040.000.769,53	-	(2.545.225,59)

Lei nº 6.404/76 - BP			Lei nº 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças Apuradas entre as Legislações	
PASSIVO	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Circulante	2.561.162.181,95	2.514.605.698,68	2.561.162.181,95	2.514.605.698,68	-	-
Não Circulante	1.856.824.643,05	1.542.720.399,38	1.856.824.643,05	1.542.720.399,38	-	-
Patrimônio Líquido	7.722.613,17	(19.870.554,12)	7.722.613,17	(17.325.328,53)	-	(2.545.225,59)
TOTAL DO PASSIVO	4.425.709.438,17	4.037.455.543,94	4.425.709.438,17	4.040.000.769,53	-	(2.545.225,59)

Lei nº 6.404/76 - BP			Lei nº 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças Apuradas entre as Legislações	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Capital Social	1.316.749.559,37	1.316.749.559,37	1.316.749.559,37	1.316.749.559,37	-	-
AFAC	154.600.217,90	112.470.971,38	154.600.217,90	112.470.971,38	-	-
Prejuízos Acumulados	(1.463.627.164,10)	(1.449.091.084,87)	(1.463.627.164,10)	(1.446.545.859,28)	-	(2.545.225,59)
TOTAL DO PL	7.722.613,17	(19.870.554,12)	7.722.613,17	(17.325.328,53)	-	(2.545.225,59)

38. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE INTERESSE PÚBLICO – LEI 13.303/2016

Durante o 4º trimestre de 2025, todas as obrigações e investimentos assumidos e realizados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (HU BRASIL) foram cumpridos em estrita conformidade com seus objetivos sociais, conforme o disposto no Art. 4º de seu Estatuto Social. Tais obrigações estão devidamente contabilizadas e apresentadas nas Demonstrações Contábeis da companhia, em total observância à legislação vigente.

Em razão do exposto, não há valores a serem informados nesta nota explicativa relacionados a obrigações ou responsabilidades assumidas em condições adversas, nos termos do Art. 5º do Estatuto Social, bem como do Parágrafo 2º, Inciso IX, do Art. 8º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

A administração da HU BRASIL reafirma seu compromisso com a transparência, assegurando que todas as ações realizadas estão em conformidade com as normativas legais e regulatórias aplicáveis.

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em conformidade com a NBC TG 24 (R2) – Evento Subsequente, a Administração procedeu à avaliação dos eventos ocorridos entre a data de encerramento do trimestre e a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, visando identificar fatos que pudessem requerer ajuste ou divulgação.

Com base nos procedimentos realizados, a Administração concluiu que não ocorreram eventos subsequentes relevantes que demandassem ajustes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis nem divulgações adicionais, nos termos da referida norma.

Dessa forma, até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, não foram identificados fatos que pudessem alterar de forma relevante a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações ou os fluxos de caixa da entidade referentes ao período findo em 31. De março de 2026.

ARTHUR CHIORO
Presidente

DANIEL BELTRAMMI
Diretora de Orçamento e Finanças - Substituto

ALEX RODRIGUES BATISTA
Coordenador de Contabilidade – Substituto
Contador CRC/DF 024898/O